

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	<p>Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica, institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores, o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional, o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica, o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência, restabelece o Programa Um Computador por Aluno, altera o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores, instituído pela Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, e dá outras providências.</p>	<p>Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica; institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores, o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional, o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência; restabelece o Programa Um Computador por Aluno; altera o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores, instituído pela Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007; altera as Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 11.484, de 31 de maio de 2007, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 12.431, de 24 de junho de 2011, 12.414, de 9 de junho de 2011, 8.666, de 21 de junho de 1993, 10.925, de 23 de julho de 2004, os Decretos-Leis nºs 1.455, de 7 de abril de 1976, 1.593, de 21 de dezembro de 1977, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.</p>
	<p>A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:</p>	<p>O CONGRESSO NACIONAL decreta:</p>

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

2

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica – PRONON, com a finalidade de captar e canalizar recursos para a prevenção e o combate ao câncer.	Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica - PRONON, com a finalidade de captar e canalizar recursos para a prevenção e o combate ao câncer.
	Parágrafo único. A prevenção e o combate ao câncer englobam, para os fins desta Medida Provisória, a promoção da informação, a pesquisa, o diagnóstico, o tratamento, os cuidados paliativos e a reabilitação referentes às neoplasias malignas e afecções correlatas.	Parágrafo único. A prevenção e o combate ao câncer englobam, para os fins desta Lei, a promoção da informação, a pesquisa, o rastreamento, o diagnóstico, o tratamento, os cuidados paliativos e a reabilitação referentes às neoplasias malignas e afecções correlatas.
	Art. 2º O PRONON será implementado mediante incentivo fiscal a ações e serviços de atenção oncológica, desenvolvidos por instituições de prevenção e combate ao câncer.	Art. 2º O Pronon será implementado mediante incentivo fiscal a ações e serviços de atenção oncológica, desenvolvidos por instituições de prevenção e combate ao câncer.
	§ 1º As ações e serviços de atenção oncológica a serem apoiados com os recursos captados por meio do PRONON compreendem:	§ 1º As ações e os serviços de atenção oncológica a serem apoiados com os recursos captados por meio do Pronon compreendem:
	I – a prestação de serviços médico-assistenciais;	I – a prestação de serviços médico-assistenciais;
	II – a formação, o treinamento e o aperfeiçoamento de recursos humanos em todos os níveis; e	II – a formação, o treinamento e o aperfeiçoamento de recursos humanos em todos os níveis; e
	III – a realização de pesquisas clínicas, epidemiológicas e experimentais.	III – a realização de pesquisas clínicas, epidemiológicas e experimentais.
	§ 2º Para os fins do disposto nesta Medida Provisória, consideram-se instituições de prevenção e combate ao câncer as pessoas jurídicas de direito privado, associativas ou fundacionais, sem fins lucrativos, que sejam:	§ 2º Para os fins do disposto nesta Lei, consideram-se instituições de prevenção e combate ao câncer as pessoas jurídicas de direito privado, associativas ou fundacionais, sem fins lucrativos, que sejam:
	I – certificadas como entidades beneficentes de assistência social, na forma da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;	I – certificadas como entidades beneficentes de assistência social, na forma da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009; ou

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	II – qualificadas como Organizações Sociais, na forma da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998; ou	II – qualificadas como organizações sociais, na forma da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998; ou
	III – qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, na forma da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.	III – qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, na forma da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.
	Art. 3º Fica instituído o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência – PRONAS/PCD.	Art. 3º Fica instituído o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência – PRONAS/PCD.
	§ 1º O PRONAS/PCD tem a finalidade de captar e canalizar recursos destinados a estimular e desenvolver a prevenção e a reabilitação da pessoa com deficiência, incluindo-se promoção, prevenção, diagnóstico precoce, tratamento, reabilitação e indicação e adaptação de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção.	§ 1º O Pronas/PCD tem a finalidade de captar e canalizar recursos destinados a estimular e desenvolver a prevenção e a reabilitação da pessoa com deficiência, incluindo-se promoção, prevenção, diagnóstico precoce, tratamento, reabilitação e indicação e adaptação de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção, em todo o ciclo de vida.
	§ 2º O PRONAS/PCD será implementado mediante incentivo fiscal a ações e serviços de reabilitação da pessoa com deficiência desenvolvidos por pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que se destinam ao tratamento de deficiências físicas, motoras, auditivas, visuais e intelectuais.	§ 2º O Pronas/PCD será implementado mediante incentivo fiscal a ações e serviços de reabilitação da pessoa com deficiência desenvolvidos por pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que se destinam ao tratamento de deficiências físicas, motoras, auditivas, visuais, mentais, intelectuais, múltiplas e de autismo.
	§ 3º Para efeito do PRONAS/PCD, as pessoas jurídicas referidas no § 2º devem :	§ 3º Para efeito do Pronas/PCD, as pessoas jurídicas referidas no § 2º devem :
	I – ser certificadas como entidades beneficentes de assistência social que atendam ao disposto na Lei nº 12.101, de 2009;	I – ser certificadas como entidades beneficentes de assistência social que atendam ao disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009; ou
	II – atender aos requisitos de que trata a Lei nº 9.637, de 1998; e	II – atender aos requisitos de que trata a Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998; ou
	III – constituir-se como Organizações da Sociedade	III – constituir-se como Organizações da Sociedade

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	Civil de Interesse Público que atenda aos requisitos de que trata a Lei nº 9.790, de 1999.	Civil de Interesse Público que atenda aos requisitos de que trata a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999; ou
		IV – prestar atendimento direto e gratuito às pessoas com deficiência, cadastradas no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, do Ministério da Saúde.
	§ 4º As ações e serviços de reabilitação apoiadas com as doações e os patrocínios captados por meio do PRONAS/PCD compreendem:	§ 4º As ações e os serviços de reabilitação apoiados com as doações e os patrocínios captados por meio do Pronas/PCD compreendem:
	I – prestação de serviços médico-assistenciais;	I – prestação de serviços médico-assistenciais;
	II – formação, treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos em todos os níveis; e	II – formação, treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos em todos os níveis; e
	III – realização de pesquisas clínicas, epidemiológicas e experimentais.	III – realização de pesquisas clínicas, epidemiológicas e experimentais.
	Art. 4º A União facultará às pessoas físicas, a partir do ano-calendário de 2012 até o ano-calendário de 2015, e às pessoas jurídicas, a partir do ano-calendário de 2013 até o ano-calendário de 2016, na qualidade de incentivadoras, a opção de deduzirem do imposto sobre a renda os valores correspondentes às doações e aos patrocínios diretamente efetuados em prol de ações e serviços de que tratam os arts. 1º a 3º, previamente aprovados pelo Ministério da Saúde e desenvolvidos pelas instituições destinatárias a que se referem os arts. 2º e 3º.	Art. 4º A União facultará às pessoas físicas, a partir do ano-calendário de 2012 até o ano-calendário de 2015, e às pessoas jurídicas, a partir do ano-calendário de 2013 até o ano-calendário de 2016, na qualidade de incentivadoras, a opção de deduzirem do imposto sobre a renda os valores correspondentes às doações e aos patrocínios diretamente efetuados em prol de ações e serviços de que tratam os arts. 1º a 3º, previamente aprovados pelo Ministério da Saúde e desenvolvidos pelas instituições destinatárias a que se referem os arts. 2º e 3º.
	§ 1º As doações poderão assumir as seguintes espécies de atos gratuitos:	§ 1º As doações poderão assumir as seguintes espécies de atos gratuitos:
	I – transferência de quantias em dinheiro;	I – transferência de quantias em dinheiro;
	II – transferência de bens móveis ou imóveis;	II – transferência de bens móveis ou imóveis;
	III – comodato ou cessão de uso de bens imóveis ou	III – comodato ou cessão de uso de bens imóveis ou

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	equipamentos;	equipamentos;
	IV – realização de despesas em conservação, manutenção ou reparos nos bens móveis, imóveis e equipamentos, inclusive os referidos no inciso III; e	IV – realização de despesas em conservação, manutenção ou reparos nos bens móveis, imóveis e equipamentos, inclusive os referidos no inciso III; e
	V – fornecimento de material de consumo, hospitalar ou clínico, de medicamentos ou de produtos de alimentação.	V – fornecimento de material de consumo, hospitalar ou clínico, de medicamentos ou de produtos de alimentação.
	§ 2º Considera-se patrocínio a prestação do incentivo com finalidade promocional.	§ 2º Considera-se patrocínio a prestação do incentivo com finalidade promocional.
	§ 3º A pessoa física incentivadora poderá deduzir do imposto sobre a renda devido, apurado na Declaração de Ajuste Anual, até cem por cento das doações e oitenta por cento dos patrocínios.	§ 3º A pessoa física incentivadora poderá deduzir do imposto sobre a renda devido, apurado na Declaração de Ajuste Anual, o valor total das doações e dos patrocínios.
	§ 4º A pessoa jurídica incentivadora tributada com base no lucro real poderá deduzir do imposto sobre a renda devido, em cada período de apuração, trimestral ou anual, até cinquenta por cento das doações e quarenta por cento dos patrocínios, vedada a dedução como despesa operacional.	§ 4º A pessoa jurídica incentivadora tributada com base no lucro real poderá deduzir do imposto sobre a renda devido, em cada período de apuração, trimestral ou anual, o valor total das doações e dos patrocínios, vedada a dedução como despesa operacional.
	§ 5º O valor global máximo das deduções de que trata este artigo será fixado anualmente pelo Poder Executivo, com base em um percentual da renda tributável das pessoas físicas e do imposto sobre a renda devido por pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real.	§ 5º O valor global máximo das deduções de que trata este artigo será fixado anualmente pelo Poder Executivo, com base em um percentual da renda tributável das pessoas físicas e do imposto sobre a renda devido por pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real.
	§ 6º As deduções de que trata este artigo:	§ 6º As deduções de que trata este artigo:
	I – relativamente às pessoas físicas:	I – relativamente às pessoas físicas:
	a) ficam limitadas ao valor das doações efetuadas no ano-calendário a que se referir a Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física ; e	a) ficam limitadas ao valor das doações efetuadas no ano-calendário a que se referir a Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física ; e

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	b) observados os limites específicos previstos nesta Medida Provisória, ficam limitadas a seis por cento conjuntamente com as deduções de que trata o art. 22 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997 e o art. 1º da Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006; e	b) observados os limites específicos previstos nesta Lei, ficam limitadas a 6% (seis por cento) conjuntamente com as deduções de que trata o art. 22 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e o art. 1º da Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006; e
	c) aplicam-se à declaração de ajuste anual utilizando-se a opção pelas deduções legais; e	c) aplicam-se à declaração de ajuste anual utilizando-se a opção pelas deduções legais; e
	II – relativamente às pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real:	II – relativamente às pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real:
	a) ficam limitadas a quatro por cento do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ devido em cada período de apuração trimestral ou anual, obedecido o limite de dedução da soma das deduções, estabelecido no § 7º, e o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; e	a) ficam limitadas a 4% (quatro por cento) do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ devido em cada período de apuração trimestral ou anual, obedecido o limite de dedução da soma das deduções, estabelecido no § 7º, e o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; e
	b) deverão corresponder às doações e aos patrocínios efetuados dentro do período de apuração trimestral ou anual do imposto.	b) deverão corresponder às doações e aos patrocínios efetuados dentro do período de apuração trimestral ou anual do imposto.
	§ 7º A soma da dedução de que trata a alínea “a” do inciso II do § 6º, das deduções de que tratam os arts. 18 e 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, das deduções de que tratam os arts. 1º e 1º-A da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, e das deduções de que tratam os arts. 44 e 45 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, não poderá exceder a quatro por cento do Imposto sobre a Renda Pessoa Jurídica devido, obedecidos os limites específicos de dedução de que tratam esta Medida Provisória, a Leis nº 8.313, de 1991, nº 8.685, de 1993, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001.	§ 7º A soma da dedução de que trata a alínea a do inciso II do § 6º, das deduções de que tratam os arts. 18 e 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, das deduções de que tratam os arts. 1º e 1º-A da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, e das deduções de que tratam os arts. 44 e 45 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, não poderá exceder a 4% (quatro por cento) do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ devido, obedecidos os limites específicos de dedução de que tratam esta Lei, as Leis nºs 8.313, 23 de dezembro de 1991, e 8.685, de 20 de julho de 1993, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
		de setembro de 2001.
	§ 8º Os benefícios de que trata este artigo não excluem outros benefícios, abatimentos e deduções em vigor.	§ 8º Os benefícios de que trata este artigo não excluem outros benefícios, abatimentos e deduções em vigor.
	Art. 5º Na hipótese da doação em bens, o doador deverá considerar como valor dos bens doados:	Art. 5º Na hipótese da doação em bens, o doador deverá considerar como valor dos bens doados:
	I - para as pessoas físicas, o valor constante da última declaração do imposto sobre a renda; e	I – para as pessoas físicas, o valor constante da última declaração do imposto sobre a renda; e
	II - para as pessoas jurídicas, o valor contábil dos bens.	II – para as pessoas jurídicas, o valor contábil dos bens.
	Parágrafo único. Em qualquer das hipóteses previstas no § 1º do art. 4º, o valor da dedução não poderá ultrapassar o valor de mercado.	Parágrafo único. Em qualquer das hipóteses previstas no § 1º do art. 4º, o valor da dedução não poderá ultrapassar o valor de mercado.
	Art. 6º A instituição destinatária titular da ação ou serviço definido no § 1º do art. 2º e § 4º do art. 3º deve emitir recibo em favor do doador ou patrocinador, na forma e condições estabelecidas em ato da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda.	Art. 6º A instituição destinatária titular da ação ou serviço definido no § 1º do art. 2º e no § 4º do art. 3º deve emitir recibo em favor do doador ou patrocinador, na forma e condições estabelecidas em ato da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda.
	Art. 7º Para a aplicação do disposto no art. 4º, as ações e serviços definidos no § 1º do art. 2º e no § 4º do art. 3º deverão ser aprovados previamente pelo Ministério da Saúde, segundo a forma e o procedimento estabelecidos em ato do Poder Executivo.	Art. 7º Para a aplicação do disposto no art. 4º, as ações e serviços definidos no § 1º do art. 2º e no § 4º do art. 3º deverão ser aprovados previamente pelo Ministério da Saúde, segundo a forma e o procedimento estabelecidos em ato do Poder Executivo, e devem estar em consonância com a política definida para o setor no Plano Nacional de Saúde e nas diretrizes do Ministério da Saúde.
	Art. 8º As ações e serviços definidos no § 1º do art. 2º e no § 4º do art. 3º deverão ter seu desenvolvimento acompanhado e avaliado pelo Ministério da Saúde, na	Art. 8º As ações e serviços definidos no § 1º do art. 2º e no § 4º do art. 3º deverão ter seu desenvolvimento acompanhado e avaliado pelo Ministério da Saúde, na

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	forma estabelecida em ato do Poder Executivo.	forma estabelecida em ato do Poder Executivo, observada a necessidade de participação do controle social, nos termos da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.
	§ 1º A avaliação pelo Ministério da Saúde da correta aplicação dos recursos recebidos terá lugar ao final do desenvolvimento das ações e serviços, ou ocorrerá anualmente, se permanentes.	§ 1º A avaliação pelo Ministério da Saúde da correta aplicação dos recursos recebidos terá lugar ao final do desenvolvimento das ações e serviços, ou ocorrerá anualmente, se permanentes.
	§ 2º Os incentivadores e instituições destinatárias deverão, na forma de instruções expedidas pelo Ministério da Saúde, comunicá-lo sobre os incentivos realizados e recebidos, cabendo aos destinatários a comprovação de sua aplicação.	§ 2º Os incentivadores e instituições destinatárias deverão, na forma de instruções expedidas pelo Ministério da Saúde, comunicar-lhe os incentivos realizados e recebidos, cabendo aos destinatários a comprovação de sua aplicação.
		§ 3º Deverá ser elaborado relatório de avaliação e acompanhamento das ações e serviços previstos no caput, e publicado em sítio eletrônico do Ministério da Saúde na Rede Mundial de Computadores – Internet.
	Art. 9º Em caso de execução de má qualidade ou de inexecução parcial ou completa das ações e serviços de que tratam os arts. 1º a 3º, o Ministério da Saúde poderá inabilitar, por até três anos, a instituição destinatária, mediante decisão motivada e da qual caberá recurso para o Ministro de Estado da Saúde.	Art. 9º Em caso de execução de má qualidade ou de inexecução parcial ou completa das ações e serviços de que tratam os arts. 1º a 3º, o Ministério da Saúde poderá inabilitar, por até 3 (três) anos, a instituição destinatária, mediante decisão motivada e da qual caberá recurso para o Ministro de Estado da Saúde.
	Parágrafo único. Ato do Poder Executivo estabelecerá os critérios para a inabilitação e os procedimentos de que trata o caput, assegurada a ampla defesa e o contraditório.	Parágrafo único. Ato do Poder Executivo estabelecerá os critérios para a inabilitação e os procedimentos de que trata o caput, assegurada a ampla defesa e o contraditório.
	Art. 10. Os recursos objeto de doação ou patrocínio deverão ser depositados e movimentados, em conta bancária específica, em nome do destinatário.	Art. 10. Os recursos objeto de doação ou patrocínio deverão ser depositados e movimentados, em conta bancária específica, em nome do destinatário.
	Parágrafo único. Não serão considerados, para fim de	Parágrafo único. Não serão considerados, para fim de

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	comprovação do incentivo, os aportes em relação aos quais não se cumpra o disposto neste artigo.	comprovação do incentivo, os aportes em relação aos quais não se cumpra o disposto neste artigo.
	Art. 11. Nenhuma aplicação dos recursos poderá ser efetuada mediante intermediação.	Art. 11. Nenhuma aplicação dos recursos poderá ser efetuada mediante intermediação.
	Parágrafo único. Não configura intermediação a contratação de serviços de:	Parágrafo único. Não configura intermediação a contratação de serviços de:
	I - elaboração de projetos de ações ou serviços para a obtenção de doação ou patrocínio; e	I – elaboração de projetos de ações ou serviços para a obtenção de doação ou patrocínio; e
	II - captação de recursos.	II – captação de recursos.
	Art. 12. Constitui infração ao disposto nesta Medida Provisória o recebimento, pelo patrocinador, de vantagem financeira ou bem, em razão do patrocínio.	Art. 12. Constitui infração ao disposto nesta Lei o recebimento, pelo patrocinador, de vantagem financeira ou bem, em razão do patrocínio.
	Art. 13. As infrações ao disposto nesta Medida Provisória, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, sujeitarão o doador ou patrocinador ao pagamento do valor atualizado do imposto sobre a renda devido em relação a cada exercício financeiro, e das penalidades e demais acréscimos previstos na legislação vigente.	Art. 13. As infrações ao disposto nesta Lei, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, sujeitarão o doador ou patrocinador ao pagamento do valor atualizado do imposto sobre a renda devido em relação a cada exercício financeiro, e das penalidades e demais acréscimos previstos na legislação vigente.
	Parágrafo único. Na hipótese de dolo, fraude ou simulação, inclusive no caso de desvio de finalidade, será aplicada, ao doador e ao beneficiário, multa correspondente a duas vezes o valor da vantagem auferida indevidamente.	Parágrafo único. Na hipótese de dolo, fraude ou simulação, inclusive no caso de desvio de finalidade, será aplicada, ao doador e ao beneficiário, multa correspondente a 2 (duas) vezes o valor da vantagem auferida indevidamente.
Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995	Art. 14. A Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte alteração:	Art. 14. O art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VIII:
Art. 12. Do imposto apurado na forma do artigo anterior, poderão ser deduzidos: VII - até o exercício de 2015, ano-calendário de 2014,	“Art. 12.	“Art. 12.

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
a contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico incidente sobre o valor da remuneração do empregado.		
	VIII - doações e patrocínios diretamente efetuados por pessoas físicas e jurídicas no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica – PRONON e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência – PRONAS/PCD, previamente aprovados pelo Ministério da Saúde.” (NR)	VIII - doações e patrocínios diretamente efetuados por pessoas físicas no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica - PRONON e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência - PRONAS/PCD, previamente aprovados pelo Ministério da Saúde.” (NR)
§ 1º A soma das deduções a que se referem os incisos I a IV não poderá reduzir o imposto devido em mais de doze por cento.		
	Art. 15. Fica restabelecido o Programa Um Computador por Aluno – PROUCA e instituído o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional – REICOMP, nos termos e condições estabelecidos nos arts. 16 a 23 desta Medida Provisória.	Art. 15. Fica restabelecido o Programa Um Computador por Aluno – PROUCA e instituído o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional – REICOMP, nos termos e condições estabelecidos nos arts. 16 a 23 desta Lei.
	Art. 16. O PROUCA tem o objetivo de promover a inclusão digital nas escolas das redes públicas de ensino federal, estadual, distrital, municipal e nas escolas sem fins lucrativos de atendimento a pessoas com deficiência, mediante a aquisição e a utilização de soluções de informática, constituídas de equipamentos de informática, de programas de computador – software – neles instalados e de suporte e assistência técnica necessários ao seu funcionamento.	Art. 16. O Prouca tem o objetivo de promover a inclusão digital nas escolas das redes públicas de ensino federal, estadual, distrital, municipal e nas escolas sem fins lucrativos de atendimento a pessoas com deficiência, mediante a aquisição e a utilização de soluções de informática, constituídas de equipamentos de informática, de programas de computador - software - neles instalados e de suporte e assistência técnica necessários ao seu funcionamento.
	§ 1º Ato conjunto dos Ministros de Estado da	§ 1º Ato conjunto dos Ministros de Estado da

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	Educação e da Fazenda estabelecerá definições, especificações e características técnicas mínimas dos equipamentos referidos no caput, podendo inclusive determinar os valores mínimos e máximos alcançados pelo PROUCA.	Educação, da Ciência e Tecnologia e da Fazenda estabelecerá definições, especificações e características técnicas mínimas dos equipamentos referidos no caput, podendo inclusive determinar os valores mínimos e máximos alcançados pelo Prouca.
	§ 2º Compete ao Poder Executivo:	§ 2º Compete ao Poder Executivo:
	I – relacionar os equipamentos de informática de que trata o caput; e	I – relacionar os equipamentos de informática de que trata o caput; e
	II – estabelecer processo produtivo básico específico, definindo etapas mínimas e condicionantes de fabricação dos equipamentos de que trata o caput.	II – estabelecer Processo Produtivo Básico - PPB específico, definindo etapas mínimas e condicionantes de fabricação dos equipamentos de que trata o caput.
	§ 3º Os equipamentos mencionados no caput destinam-se ao uso educacional por alunos e professores das escolas das redes públicas de ensino federal, estadual, distrital, municipal e das escolas sem fins lucrativos de atendimento a pessoas com deficiência, exclusivamente como instrumento de aprendizagem.	§ 3º Os equipamentos mencionados no caput destinam-se ao uso educacional por alunos e professores das escolas das redes públicas de ensino federal, estadual, distrital, municipal e das escolas sem fins lucrativos de atendimento a pessoas com deficiência, exclusivamente como instrumento de aprendizagem.
	§ 4º A aquisição a que se refere o caput será realizada por meio de licitação pública, observada a legislação vigente.	§ 4º A aquisição e a assistência técnica necessária ao funcionamento dos equipamentos especificados no caput serão realizadas por meio de licitação pública, observada a legislação vigente.
		§ 5º As soluções de informática a serem adquiridas e utilizadas no âmbito do Prouca deverão obrigatoriamente contar com um percentual mínimo de equipamentos de informática e programas de computador adaptados ou desenvolvidos especificamente para pessoas com deficiência, nos termos do regulamento.
	Art. 17. É beneficiária do REICOMP a pessoa jurídica habilitada que:	Art. 17. É beneficiária do Reicomp a pessoa jurídica habilitada que:

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

12

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	I – exerça atividade de fabricação dos equipamentos mencionados no caput do art. 16; e	I – exerça atividade de fabricação dos equipamentos mencionados no caput do art. 16; e
	II – seja vencedora do processo de licitação de que trata o § 4º do art. 16.	II – seja vencedora do processo de licitação de que trata o § 4º do art. 16.
	§ 1º Também será considerada beneficiária do REICOMP a pessoa jurídica que exerça a atividade de manufatura terceirizada para a vencedora do processo de licitação a que se refere o § 4º do art. 16.	§ 1º Também será considerada beneficiária do Reicomp a pessoa jurídica que exerça a atividade de manufatura terceirizada para a vencedora do processo de licitação a que se refere o § 4º do art. 16.
	§ 2º As pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as pessoas jurídicas de que tratam o inciso II do caput do art. 8º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e o inciso II do caput do art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, não podem aderir ao REICOMP.	§ 2º As pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as pessoas jurídicas de que tratam o inciso II do caput do art. 8º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e o inciso II do caput do art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, não podem aderir ao Reicomp.
	§ 3º O Poder Executivo regulamentará o regime de que trata o caput.	§ 3º O Poder Executivo regulamentará o regime de que trata o caput.
	Art. 18. O REICOMP suspende, conforme o caso, a exigência:	Art. 18. O Reicomp suspende, conforme o caso, a exigência:
	I – do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidente sobre a saída do estabelecimento industrial de matérias-primas e produtos intermediários destinados à industrialização dos equipamentos mencionados no art. 16, quando adquiridos por pessoa jurídica habilitada ao regime;	I – do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidente sobre a saída do estabelecimento industrial de matérias-primas e produtos intermediários destinados à industrialização dos equipamentos mencionados no art. 16, quando adquiridos por pessoa jurídica habilitada ao regime;
	II – da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS incidentes sobre a receita decorrente	II – da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a receita decorrente

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

13

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	da:	da:
	a) venda de matérias-primas e produtos intermediários destinados à industrialização dos equipamentos mencionados no art. 16, quando adquiridos por pessoa jurídica habilitada ao regime; ou	a) venda de matérias-primas e produtos intermediários destinados à industrialização dos equipamentos mencionados no art. 16, quando adquiridos por pessoa jurídica habilitada ao regime; ou
	b) prestação de serviços por pessoa jurídica estabelecida no País a pessoa jurídica habilitada ao regime, quando destinados aos equipamentos mencionados no art. 16; e	b) prestação de serviços por pessoa jurídica estabelecida no País a pessoa jurídica habilitada ao regime, quando destinados aos equipamentos mencionados no art. 16; e
	III – do IPI, da Contribuição para o PIS/PASEP–Importação, da COFINS–Importação, do Imposto de Importação e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação incidentes sobre:	III – do IPI, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação, da Cofins-Importação, do Imposto de Importação e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação incidentes sobre:
	a) matérias-primas e produtos intermediários destinados à industrialização dos equipamentos mencionados no art. 16, quando importados diretamente por pessoa jurídica habilitada ao regime;	a) matérias-primas e produtos intermediários destinados à industrialização dos equipamentos mencionados no art. 16, quando importados diretamente por pessoa jurídica habilitada ao regime;
	b) o pagamento de serviços importados diretamente por pessoa jurídica habilitada ao regime, quando destinados aos equipamentos mencionados no art. 16.	b) o pagamento de serviços importados diretamente por pessoa jurídica habilitada ao regime, quando destinados aos equipamentos mencionados no art. 16.
	Art. 19. Ficam isentos de IPI os equipamentos de informática saídos da pessoa jurídica beneficiária do REICOMP diretamente para as escolas referidas no art. 16.	Art. 19. Ficam isentos de IPI os equipamentos de informática saídos da pessoa jurídica beneficiária do Reicomp diretamente para as escolas referidas no art. 16.
	Art. 20. As operações de importação efetuadas com os benefícios previstos no REICOMP dependem de anuência prévia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.	Art. 20. As operações de importação efetuadas com os benefícios previstos no Reicomp dependem de anuência prévia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	Parágrafo único. As notas fiscais relativas às operações de venda no mercado interno de bens e serviços adquiridos com os benefícios previstos no REICOMP devem:	Parágrafo único. As notas fiscais relativas às operações de venda no mercado interno de bens e serviços adquiridos com os benefícios previstos no Reicomp devem:
	I - estar acompanhadas de documento emitido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, atestando que a operação é destinada ao PROUCA; e	I – estar acompanhadas de documento emitido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, atestando que a operação é destinada ao Prouca; e
	II - conter a expressão “Venda efetuada com suspensão da exigência do IPI, da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS”, com a especificação do dispositivo legal correspondente e do número do atestado emitido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.	II – conter a expressão “Venda efetuada com suspensão da exigência do IPI, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins”, com a especificação do dispositivo legal correspondente e do número do atestado emitido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.
	Art. 21. A fruição dos benefícios do REICOMP fica condicionada à regularidade fiscal da pessoa jurídica em relação aos tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda.	Art. 21. A fruição dos benefícios do Reicomp fica condicionada à regularidade fiscal da pessoa jurídica em relação aos tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda.
	Art. 22. A pessoa jurídica beneficiária do REICOMP terá a habilitação cancelada:	Art. 22. A pessoa jurídica beneficiária do Reicomp terá a habilitação cancelada:
	I - na hipótese de não atender ou deixar de atender ao processo produtivo básico específico referido no inciso II do § 2º do art. 16;	I – na hipótese de não atender ou deixar de atender ao processo produtivo básico específico referido no inciso II do § 2º do art. 16;
	II - sempre que se apure que não satisfazia ou deixou de satisfazer, não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para habilitação ao regime; ou	II – sempre que se apure que não satisfazia ou deixou de satisfazer, não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para habilitação ao regime; ou
	III - a pedido.	III – a pedido.
	Art. 23. Após a incorporação ou utilização dos bens ou dos serviços adquiridos ou importados com os benefícios do REICOMP nos equipamentos	Art. 23. Após a incorporação ou utilização dos bens ou dos serviços adquiridos ou importados com os benefícios do Reicomp nos equipamentos

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	mencionados no art. 16, a suspensão de que trata o art. 18 converte-se em alíquota zero.	mencionados no art. 16, a suspensão de que trata o art. 18 converte-se em alíquota 0 (zero).
	Parágrafo único. Na hipótese de não se efetuar a incorporação ou utilização de que trata o caput, a pessoa jurídica beneficiária do REICOMP fica obrigada a recolher os tributos não pagos em função da suspensão de que trata o art. 18, acrescidos de juros e multa, de mora ou de ofício, na forma da Lei, contados a partir da data de aquisição ou do registro da Declaração de Importação – DI, na condição de:	Parágrafo único. Na hipótese de não se efetuar a incorporação ou utilização de que trata o caput, a pessoa jurídica beneficiária do Reicomp fica obrigada a recolher os tributos não pagos em função da suspensão de que trata o art. 18, acrescidos de juros e multa, de mora ou de ofício, na forma da Lei, contados a partir da data de aquisição ou do registro da Declaração de Importação - DI, na condição de:
	I – contribuinte, em relação ao IPI vinculado à importação, à Contribuição para o PIS/PASEP–Importação e à COFINS–Importação; ou	I – contribuinte, em relação ao IPI vinculado à importação, à Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e à Cofins-Importação; ou
	II – responsável, em relação ao IPI, à Contribuição para o PIS/PASEP, à COFINS e à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade–Empresa para o Apoio à Inovação.	II – responsável, em relação ao IPI, à Contribuição para o PIS/Pasep, à Cofins e à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação.
		Art. 24. Fica instituído regime especial de tributação aplicável à construção ou reforma de estabelecimentos de educação infantil.
		§ 1º O regime especial previsto no caput deste artigo aplica-se até 31 de dezembro de 2018 aos projetos de construção ou reforma de creches e pré-escolas cujas obras tenham sido iniciadas ou contratadas a partir de 1º de janeiro de 2013.
		§ 2º O regime especial tem caráter opcional e irretratável enquanto perdurarem as obrigações da construtora com os contratantes.
		§ 3º A forma, o prazo e as condições para a opção pelo regime especial de tributação serão estabelecidos

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
		pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
		§ 4º A opção de que trata o § 3º depende da prévia aprovação do projeto de construção ou reforma de creches e pré-escolas pelo Ministério de Educação, onde deve constar o prazo mínimo de 5 (cinco) anos de utilização do imóvel como creche ou pré-escola.
		§ 5º Os estabelecimentos de educação infantil a que se refere este artigo:
		I – deverão seguir parâmetros e especificações técnicas definidos em regulamento; e
		II – não poderão ter a sua destinação alterada pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.
		§ 6º O descumprimento do disposto no § 5º sujeitará o ente público ou privado proprietário do estabelecimento de educação infantil beneficiário ao pagamento da diferença dos tributos a que se refere o art. 25 que deixou de ser paga pela construtora, com os devidos acréscimos legais.
		Art. 25. Para cada obra submetida ao regime especial de tributação, a construtora ficará sujeita ao pagamento equivalente a 1% (um por cento) da receita mensal recebida, que corresponderá ao pagamento mensal unificado dos seguintes impostos e contribuições:
		I – Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ;
		II – Contribuição para PIS/Pasep;
		III – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL; e
		IV – Cofins.
		§ 1º Para fins do disposto no caput deste artigo,

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
		considera-se receita mensal a totalidade das receitas auferidas pela construtora em virtude da realização da obra.
		§ 2º O percentual de 1% (um por cento) de que trata o caput deste artigo será considerado:
		I – 0,44% (quarenta e quatro centésimos por cento) como Cofins;
		II – 0,09% (nove centésimos por cento) como Contribuição para o PIS/Pasep;
		III – 0,31% (trinta e um centésimos por cento) como IRPJ; e
		IV – 0,16% (dezesseis centésimos por cento) como CSLL.
		§ 3º As receitas, custos e despesas próprios da obra sujeita a tributação na forma deste artigo não deverão ser computados na apuração das bases de cálculo dos tributos e contribuições de que trata o caput devidos pela construtora em virtude de suas outras atividades empresariais.
		§ 4º Para fins do disposto no § 3º deste artigo, os custos e despesas indiretos pagos pela construtora no mês serão apropriados a cada obra na mesma proporção representada pelos custos diretos próprios da obra, em relação ao custo direto total da construtora, assim entendido como a soma de todos os custos diretos de todas as obras e o de outras atividades exercidas pela construtora.
		Art. 26. A opção pelo regime especial de tributação previsto no art. 24 desta Lei obriga o contribuinte a fazer o recolhimento dos tributos a partir do mês da

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
		opção.
		§ 1º O pagamento unificado de impostos e contribuições deverá ser feito até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente àquele em que houver sido auferida a receita.
		§ 2º O pagamento dos tributos e contribuições na forma deste artigo será considerado definitivo, não gerando, em qualquer hipótese, direito à restituição ou à compensação com o que for apurado pela construtora.
		Art. 27. A construtora fica obrigada a manter escrituração contábil segregada para cada obra submetida ao regime especial de tributação.
	Art. 24. Fica instituído o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes.	Art. 28. Fica instituído o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes.
	§ 1º O REPNBL-Redes destina-se a projetos de implantação, ampliação ou modernização de redes de telecomunicações que suportam acesso à Internet em banda larga, incluindo estações terrenas satelitais que contribuam com os objetivos de implantação do Programa Nacional de Banda Larga -PNBL, nos termos desta Medida Provisória.	§ 1º O REPNBL-Redes destina-se a projetos de implantação, ampliação ou modernização de redes de telecomunicações que suportam acesso à internet em banda larga, incluindo estações terrenas satelitais que contribuam com os objetivos de implantação do Programa Nacional de Banda Larga - PNBL, nos termos desta Lei.
	§ 2º O Poder Executivo regulamentará a forma e os critérios de habilitação e co-habilitação ao regime de que trata o caput.	§ 2º O Poder Executivo regulamentará a forma e os critérios de habilitação e co-habilitação ao regime de que trata o caput.
	Art. 25. É beneficiária do REPNBL-Redes a pessoa jurídica habilitada que tenha projeto aprovado para a consecução dos objetivos estabelecidos no § 1º do art. 24, bem como a pessoa jurídica co-habilitada.	Art. 29. É beneficiária do REPNBL-Redes a pessoa jurídica habilitada que tenha projeto aprovado para a consecução dos objetivos estabelecidos no § 1º do art. 28, bem como a pessoa jurídica co-habilitada.

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	§ 1º O Poder Executivo disciplinará o procedimento e os critérios de aprovação do projeto de que trata o caput, observadas as seguintes diretrizes:	§ 1º O Poder Executivo disciplinará o procedimento e os critérios de aprovação do projeto de que trata o caput, observadas as seguintes diretrizes:
	I – os critérios de aprovação deverão ser estabelecidos tendo em vista o objetivo de:	I – os critérios de aprovação deverão ser estabelecidos tendo em vista o objetivo de:
	a) reduzir as diferenças regionais;	a) reduzir as diferenças regionais;
	b) modernizar as redes de telecomunicações e elevar os padrões de qualidade propiciados aos usuários; e	b) modernizar as redes de telecomunicações e elevar os padrões de qualidade propiciados aos usuários; e
	c) massificar o acesso às redes e aos serviços de telecomunicações que suportam acesso à Internet em banda larga;	c) massificar o acesso às redes e aos serviços de telecomunicações que suportam acesso à internet em banda larga;
	II – o projeto deverá contemplar, além das necessárias obras civis, as especificações e a cotação de preços de todos os equipamentos e componentes de rede vinculados;	II – o projeto deverá contemplar, além das necessárias obras civis, as especificações e a cotação de preços de todos os equipamentos e componentes de rede vinculados;
	III – o projeto não poderá relacionar como serviços associados às obras civis referidas no inciso II os serviços de operação, manutenção, aluguel, comodato e arrendamento mercantil de equipamentos e componentes de rede de telecomunicações;	III – o projeto não poderá relacionar como serviços associados às obras civis referidas no inciso II os serviços de operação, manutenção, aluguel, comodato e arrendamento mercantil de equipamentos e componentes de rede de telecomunicações;
	IV – o projeto deverá contemplar a aquisição de equipamentos e componentes de rede produzidos de acordo com o respectivo processo produtivo básico, conforme percentual mínimo definido em regulamento; e	IV – o projeto deverá contemplar a aquisição de equipamentos e componentes de rede produzidos de acordo com o respectivo processo produtivo básico, conforme percentual mínimo definido em regulamento; e
	V – o projeto deverá contemplar a aquisição de equipamentos e componentes de rede desenvolvidos com tecnologia nacional, conforme percentual mínimo definido em regulamento.	V – o projeto deverá contemplar a aquisição de equipamentos e componentes de rede desenvolvidos com tecnologia nacional, conforme percentual mínimo definido em regulamento.
	§ 2º Compete ao Ministro de Estado das	§ 2º Compete ao Ministro de Estado das

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	Comunicações aprovar, em ato próprio, o projeto que se enquadre nas diretrizes do § 1º, observada a regulamentação de que trata o § 2º do art. 24.	Comunicações aprovar, em ato próprio, o projeto que se enquadre nas diretrizes do § 1º, observada a regulamentação de que trata o § 2º do art. 28.
	§ 3º O projeto de que trata o caput deverá ser apresentado ao Ministério das Comunicações até o dia 30 de junho de 2013.	§ 3º O projeto de que trata o caput deverá ser apresentado ao Ministério das Comunicações até o dia 30 de junho de 2013.
	§ 4º Os equipamentos e componentes de rede de telecomunicações que tratam os incisos IV e V do § 1º serão relacionados em ato do Poder Executivo.	§ 4º Os equipamentos e componentes de rede de telecomunicações de que tratam os incisos IV e V do § 1º serão relacionados em ato do Poder Executivo.
	§ 5º As pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional, de que trata a Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aderir ao REPNBL-Redes.	§ 5º As pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional, de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não poderão aderir ao REPNBL-Redes.
		§ 6º Deverá ser dada ampla publicidade à avaliação dos projetos apresentados no Ministério das Comunicações, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.
	Art. 26. No caso de venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos e de materiais de construção para utilização ou incorporação nas obras civis abrangidas no projeto de que trata o caput do art. 25, ficam suspensos:	Art. 30. No caso de venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos e de materiais de construção para utilização ou incorporação nas obras civis abrangidas no projeto de que trata o caput do art. 29, ficam suspensos:
	I -- a exigência da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a receita da pessoa jurídica vendedora, quando a aquisição for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do REPNBL-Redes; e	I – a exigência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a receita da pessoa jurídica vendedora, quando a aquisição for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do REPNBL-Redes; e
	II – o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidente na saída do estabelecimento industrial ou equiparado, quando a aquisição no mercado interno for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do	II – o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidente na saída do estabelecimento industrial ou equiparado, quando a aquisição no mercado interno for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	REPUBL-Redes.	REPUBL-Redes.
	§ 1º Nas notas fiscais relativas:	§ 1º Nas notas fiscais relativas:
	I – às vendas de que trata o inciso I do caput, deverá constar a expressão “Venda efetuada com suspensão da exigibilidade da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins”, com a especificação do dispositivo legal correspondente; e	I – às vendas de que trata o inciso I do caput, deverá constar a expressão “Venda efetuada com suspensão da exigibilidade da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins”, com a especificação do dispositivo legal correspondente; e
	II – às saídas de que trata o inciso II do caput, deverá constar a expressão “Saída com suspensão do IPI”, com a especificação do dispositivo legal correspondente, vedado o registro do imposto nas referidas notas.	II – às saídas de que trata o inciso II do caput, deverá constar a expressão “Saída com suspensão do IPI”, com a especificação do dispositivo legal correspondente, vedado o registro do imposto nas referidas notas.
	§ 2º As suspensões de que trata este artigo convertem-se em alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem ou material de construção à obra de que trata o caput.	§ 2º As suspensões de que trata este artigo convertem-se em alíquota 0 (zero) após a utilização ou incorporação do bem ou material de construção à obra de que trata o caput.
	§ 3º A pessoa jurídica que não utilizar ou incorporar o bem ou material de construção à obra de que trata o caput fica obrigada a recolher as contribuições e os impostos não pagos em decorrência da suspensão de que trata este artigo, acrescidos de juros e multa de mora, na forma da Lei, contados a partir da data da aquisição, na condição de responsável ou contribuinte, em relação à Contribuição para o PIS/PASEP, à COFINS e ao IPI.	§ 3º A pessoa jurídica que não utilizar ou incorporar o bem ou material de construção à obra de que trata o caput fica obrigada a recolher as contribuições e os impostos não pagos em decorrência da suspensão de que trata este artigo, acrescidos de juros e multa de mora, na forma da Lei, contados a partir da data da aquisição, na condição de responsável ou contribuinte, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep, à Cofins e ao IPI.
	§ 4º As máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos que possuam processo produtivo básico definido nos termos da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, ou no Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, somente farão jus à suspensão de que tratam os incisos I e II do caput quando produzidos conforme	§ 4º As máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos que possuam processo produtivo básico definido nos termos da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, ou no Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, somente farão jus à suspensão de que tratam os incisos I e II do caput quando produzidos conforme

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	seus respectivos PPB.	os respectivos PPBs.
	Art. 27. No caso de venda de serviços destinados às obras civis abrangidas no projeto de que trata o art. 25, fica suspensa a exigência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a prestação de serviços efetuada por pessoa jurídica estabelecida no País, a pessoa jurídica beneficiária do REPNBL-Redes.	Art. 31. No caso de venda de serviços destinados às obras civis abrangidas no projeto de que trata o art. 29, fica suspensa a exigência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a prestação de serviços efetuada por pessoa jurídica estabelecida no País, a pessoa jurídica beneficiária do REPNBL-Redes.
	§ 1º Nas vendas de serviços de que trata o caput aplica-se, no que couber, o disposto nos §§ 1º a 3º do art. 26.	§ 1º Nas vendas de serviços de que trata o caput, aplica-se, no que couber, o disposto nos §§ 1º a 3º do art. 3º.
	§ 2º O disposto no caput aplica-se também na hipótese de receita de aluguel de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos para utilização em obras civis abrangidas no projeto de que trata o art. 25, e que serão desmobilizados após sua conclusão, quando contratados por pessoa jurídica beneficiária do REPNBL-Redes.	§ 2º O disposto no caput aplica-se também na hipótese de receita de aluguel de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos para utilização em obras civis abrangidas no projeto de que trata o art. 29, e que serão desmobilizados após sua conclusão, quando contratados por pessoa jurídica beneficiária do REPNBL-Redes.
	Art. 28. Os benefícios de que tratam os arts. 24 a 27 alcançam apenas as construções, implantações, ampliações ou modernizações de redes de telecomunicações realizadas entre a data de publicação desta Medida Provisória e 31 de dezembro de 2016.	Art. 32. Os benefícios de que tratam os arts. 28 a 31 alcançam apenas as construções, implantações, ampliações ou modernizações de redes de telecomunicações realizadas entre a data de publicação da Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012, e 31 de dezembro de 2016.
	Parágrafo único. Os benefícios de que trata o caput somente poderão ser usufruídos nas aquisições, construções, implantações, ampliações ou modernizações realizadas a partir da data de habilitação ou co-habilitação da pessoa jurídica.	Parágrafo único. Os benefícios de que trata o caput somente poderão ser usufruídos nas aquisições, construções, implantações, ampliações ou modernizações realizadas a partir da data de habilitação ou co-habilitação da pessoa jurídica.
	Art. 29. A fruição dos benefícios de que trata o REPNBL-Redes fica condicionada à regularidade	Art. 33. A fruição dos benefícios de que trata o REPNBL-Redes fica condicionada à regularidade

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	fiscal da pessoa jurídica em relação às contribuições e aos impostos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda.	fiscal da pessoa jurídica em relação às contribuições e aos impostos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda.
	Parágrafo único. Para as prestadoras de serviços de telecomunicações sujeitas à certificação da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, a fruição de que trata o caput fica também condicionada à regularidade fiscal em relação às receitas que constituem o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL.	Parágrafo único. Para as prestadoras de serviços de telecomunicações sujeitas à certificação da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, a fruição de que trata o caput fica também condicionada à regularidade fiscal em relação às receitas que constituem o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - FISTEL.
		Art. 34. Os valores correspondentes às taxas de fiscalização previstas no art. 6º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, devidos por prestadora de serviços de telecomunicações poderão ser compensados por crédito gerado a partir da execução de projetos estratégicos aprovados pelo Poder Executivo, de acordo com critérios e nos termos definidos em regulamento.
		Parágrafo único. A compensação a que se refere o caput deste artigo poderá ser realizada nos projetos executados até 31 de dezembro de 2018.
		Art. 35. Os serviços de telecomunicações prestados por meio das subfaixas de radiofrequência de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz, assim como por meio de estações terrenas satelitais de pequeno porte que contribuam com os objetivos de implantação do PNBL, ficam isentos de tributos federais incidentes sobre o seu faturamento até 31 de dezembro de 2018, nos termos definidos em regulamento.
		Art. 36. Ficam isentas das taxas de fiscalização

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
		previstas no art. 6º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, até 31 de dezembro de 2018, as estações de telecomunicações que operem nas subfaixas de radiofrequência de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz, assim como as estações terrenas satelitais de pequeno porte que contribuam com os objetivos de implantação do PNBL, e atendam aos critérios estabelecidos em regulamento.
		Art. 37. Fica isenta de tributos federais, até 31 de dezembro de 2018, a receita bruta de venda a varejo dos componentes e equipamentos de rede, terminais e transceptores definidos em regulamento que sejam dedicados aos serviços de telecomunicações prestados por meio das subfaixas de radiofrequência de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz, assim como por meio de estações terrenas satelitais de pequeno porte que contribuam com os objetivos de implantação do PNBL.
		Art. 38. O valor da Taxa de Fiscalização de Instalação das estações móveis do Serviço Móvel Pessoal, do Serviço Móvel Celular ou de outra modalidade de serviço de telecomunicações, nos termos da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, e suas alterações, que integrem sistemas de comunicação máquina a máquina, definidos nos termos da regulamentação a ser editada pelo Poder Executivo, fica fixado em R\$ 5,68 (cinco reais e sessenta e oito centavos).
		Parágrafo único. A Taxa de Fiscalização de Funcionamento será paga, anualmente, até o dia 31 de março, e seus valores serão os correspondentes a 33% (trinta e três por cento) dos fixados para a Taxa de

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
		Fiscalização de Instalação.
Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004	Art. 30. A Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:	Art. 39. A Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 14. As vendas de máquinas, equipamentos, peças de reposição e outros bens, no mercado interno ou a sua importação , quando adquiridos ou importados diretamente pelos beneficiários do Reporto e destinados ao seu ativo imobilizado para utilização exclusiva em portos na execução de serviços de carga, descarga e movimentação de mercadorias, na execução dos serviços de dragagem , e nos Centros de Treinamento Profissional, na execução do treinamento e formação de trabalhadores, serão efetuadas com suspensão do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins e, quando for o caso, do Imposto de Importação.	Art. 14. Serão efetuadas com suspensão do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, da Contribuição para o PIS/PASEP, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e, quando for o caso, do Imposto de Importação - II , as vendas e as importações de máquinas, equipamentos, peças de reposição e outros bens, no mercado interno, quando adquiridos ou importados diretamente pelos beneficiários do REPORTO e destinados ao seu ativo imobilizado para utilização exclusiva na execução de serviços de:	“Art. 14. Serão efetuadas com suspensão do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e, quando for o caso, do Imposto de Importação - II, as vendas e as importações de máquinas, equipamentos, peças de reposição e outros bens, no mercado interno, quando adquiridos ou importados diretamente pelos beneficiários do Reporto e destinados ao seu ativo imobilizado para utilização exclusiva na execução de serviços de:
	I – carga, descarga, armazenagem e movimentação de mercadorias e produtos ;	I – carga, descarga, armazenagem e movimentação de mercadorias e produtos;
	II – sistemas suplementares de apoio operacional;	II – sistemas suplementares de apoio operacional;
	III – proteção ambiental;	III – proteção ambiental;
	IV – sistemas de segurança e de monitoramento de fluxo de pessoas, mercadorias, produtos, veículos e embarcações;	IV – sistemas de segurança e de monitoramento de fluxo de pessoas, mercadorias, produtos, veículos e embarcações;
	V – dragagens; e	V – dragagens; e
	VI – treinamento e formação de trabalhadores, inclusive na implantação de Centros de Treinamento Profissional.	VI – treinamento e formação de trabalhadores, inclusive na implantação de Centros de Treinamento Profissional.
.....
§ 10. Os veículos adquiridos com o benefício do Reporto deverão receber identificação visual externa a ser definida pela Secretaria Especial de Portos .	§ 10. Os veículos adquiridos com o benefício do REPORTO deverão receber identificação visual externa a ser definida pelo órgão competente do Poder Executivo .	§ 10. Os veículos adquiridos com o benefício do Reporto deverão receber identificação visual externa a ser definida pelo órgão competente do Poder Executivo.
.....

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
” (NR)” (NR)
Art. 15. São beneficiários do REPORTE o operador portuário, o concessionário de porto organizado, o arrendatário de instalação portuária de uso público e a empresa autorizada a explorar instalação portuária de uso privativo misto.	“Art. 15. São beneficiários do REPORTE o operador portuário, o concessionário de porto organizado, o arrendatário de instalação portuária de uso público e a empresa autorizada a explorar instalação portuária de uso privativo misto ou exclusivo, inclusive aquelas que operam com embarcações de offshore. ” (NR)	“Art. 15. São beneficiários do Reporto o operador portuário, o concessionário de porto organizado, o arrendatário de instalação portuária de uso público e a empresa autorizada a explorar instalação portuária de uso privativo misto ou exclusivo, inclusive aquelas que operam com embarcações de offshore.
§ 1º Pode ainda ser beneficiário do Reporto o concessionário de transporte ferroviário.” (NR)” (NR)
§ 2º A Secretaria da Receita Federal do Brasil estabelecerá os requisitos e os procedimentos para habilitação dos beneficiários ao Reporto.		
	Art. 31. Fica criado o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO com objetivo de apoiar o desenvolvimento tecnológico, a inovação, a segurança, a proteção ao meio ambiente, a eficiência energética e a qualidade dos automóveis, caminhões, ônibus e autopeças.	Art. 40. Fica criado o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-Auto com objetivo de apoiar o desenvolvimento tecnológico, a inovação, a segurança, a proteção ao meio ambiente, a eficiência energética e a qualidade dos automóveis, caminhões, ônibus e autopeças.
		§ 1º O Inovar-AUTO aplicar-se-á até 31 de dezembro de 2017, data em que todas habilitações vigentes serão consideradas canceladas e cessarão seus efeitos, exceto quanto ao cumprimento dos compromissos assumidos.
	§ 1º Poderão habilitar-se ao INOVAR-AUTO as empresas fabricantes , no País, dos produtos classificados nas posições 87.01 a 87.06 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011.	§ 2º Poderão habilitar-se ao INOVAR-AUTO: I – as empresas que produzam , no País, os produtos classificados nas posições 87.01 a 87.06 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011;

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
		II – as empresas que comercializem, no País, os produtos referidos no inciso I; ou
	§ 3º Também poderão se habilitar as empresas que tiverem projeto aprovado de investimento para produção dos produtos mencionados no § 1º.	III – as empresas que tenham projeto aprovado para instalação, no País, de fábrica ou, no caso das empresas já instaladas, de novas plantas ou projetos industriais para produção de novos modelos desses produtos.
	Art. 33. A habilitação das empresas beneficiárias ao INOVAR-AUTO:	§ 3º A habilitação ao Inovar-Auto será concedida em ato conjunto pelos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e de Ciência e Tecnologia e Inovação.
	II - será concedida pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e	
	I - fica condicionada, ainda, à regularidade em relação aos tributos federais e à comprovação da entrega de Escrituração Fiscal Digital – EFD, nos termos do disposto no Ajuste SINIEF nº 2, de 3 de abril de 2009;	§ 4º Somente poderá habilitar-se ao regime a empresa que:
		I – estiver regular em relação aos tributos federais; e
	Art. 32. Sem prejuízo do cumprimento dos requisitos constantes do art. 31, a habilitação estará condicionada ao compromisso de que a empresa atinja níveis mínimos de eficiência energética relativamente a todos os veículos produzidos no País, conforme regulamento.	II – assumir o compromisso de atingir níveis mínimos de eficiência energética relativamente a todos os veículos comercializados no País, conforme regulamento.
	Art. 31, § 5º II – as condições para habilitação ao INOVAR-AUTO, podendo exigir que as empresas habilitadas realizem, no País:	§ 5º A habilitação fica condicionada à:
	a) atividades fabris e de infraestrutura de engenharia, diretamente ou por terceiros;	I - realização pela empresa, no País, de atividades fabris e de infraestrutura de engenharia, diretamente ou por terceiros;
	b) investimentos em pesquisa e desenvolvimento;	II - realização pela empresa, no País, de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação,

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
		diretamente ou por terceiros;
	c) dispêndio em engenharia, tecnologia industrial básica e de desenvolvimento de fornecedores; e	III - realização pela empresa, no País, de dispêndio em engenharia, tecnologia industrial básica e de capacitação de fornecedores, diretamente ou por terceiros; e
	d) adesão ao Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular – PBEV do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO.	IV – adesão da empresa a programa de etiquetagem veicular de âmbito nacional, nos termos de regulamento, exceto quanto aos veículos com motor de pistão, de ignição por compressão (diesel ou semidiesel).
		§ 6º A empresa deverá cumprir pelo menos 3 (três) dos 4 (quatro) requisitos estabelecidos no § 5º, com exceção das fabricantes que produzam exclusivamente veículos com motor de pistão, de ignição por compressão (diesel ou semidiesel), as quais deverão cumprir pelo menos 2 (dois) dos requisitos estabelecidos nos incisos I a III do mencionado § 5º.
	Art. 33. III - terá validade de doze meses, podendo ser renovada, por solicitação da empresa, por novo período de doze meses, desde que tenham sido cumpridos todos os compromissos assumidos, observado o termo final de 31 de março de 2017.	§ 7º A habilitação terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua concessão, podendo ser renovada, por solicitação da empresa, por novo período de 12 (doze) meses, desde que tenham sido cumpridos todas condições e compromissos assumidos.
		§ 8º No caso do inciso III do § 2º, a empresa deverá solicitar habilitação específica para cada fábrica ou planta industrial que pretenda instalar, a qual poderá ser renovada somente uma vez, desde que tenha sido cumprido o cronograma do projeto de instalação.
		§ 9º O Poder Executivo estabelecerá termos, limites e condições para a habilitação ao Inovar-Auto.

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	Art. 31. § 2º As empresas habilitadas ao INOVAR-AUTO poderão usufruir de crédito presumido de IPI, com base nos dispêndios realizados no País, em cada trimestre-calendário, pela empresa com:	Art. 41. As empresas habilitadas ao Inovar-Auto poderão apurar crédito presumido de IPI, com base nos dispêndios realizados no País em cada mês-calendário com:
	I – pesquisa;	I – pesquisa;
	II – desenvolvimento tecnológico;	II – desenvolvimento tecnológico;
	III – inovação tecnológica;	III – inovação tecnológica;
	IV – insumos estratégicos;	IV – insumos estratégicos;
	V – ferramentaria;	V – ferramentaria;
	VI – recolhimentos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT na forma do regulamento; e	VI – recolhimentos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT na forma do regulamento;
	VII – capacitação de fornecedores;	VII – capacitação de fornecedores; e
		VIII – engenharia e tecnologia industrial básica.
	§ 6º Para a concessão de crédito presumido do IPI de que trata o § 2º serão utilizados os dispêndios realizados no trimestre-calendário anterior.	§ 1º Para efeito do caput, serão considerados os dispêndios realizados no segundo mês-calendário anterior ao mês de apuração do crédito.
		§ 2º Os dispêndios realizados em novembro e dezembro de 2017 não darão direito ao crédito de que trata o caput.
	§ 7º Às empresas de que trata o § 3º poderá ser concedido, na forma do regulamento, crédito presumido de IPI apurado sobre o valor dos veículos por ela importados.	§ 3º As empresas de que trata o inciso III do § 2º do art. 40, habilitadas ao Inovar-Auto, poderão, ainda, apurar crédito presumido do IPI relativamente aos veículos por elas importados, mediante a aplicação de percentual estabelecido pelo Poder Executivo sobre a base de cálculo do IPI na saída do estabelecimento importador.
		§ 4º O crédito presumido de IPI de que tratam o caput

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
		e o § 3º poderão ser apurados a partir da habilitação da empresa.
	§ 4º O crédito presumido de IPI de que trata o § 2º somente poderá ser utilizado:	
	I – a partir de 1º de janeiro de 2013, para empresas já instaladas no País; e	
	II – a partir do início da produção e não antes de 1º de janeiro de 2013, no caso das empresas habilitadas na forma do § 3º.	
	§ 5º O Poder Executivo estabelecerá:	§ 5º O Poder Executivo estabelecerá termos , limites e condições para a utilização do crédito presumido de IPI de que trata este artigo .
	I – as condições e os limites para a utilização do crédito presumido de IPI de que trata o § 2º; e	
		§ 6º Fica suspenso o IPI incidente no desembaraço aduaneiro dos veículos importados nos termos do § 3º.
		§ 7º Os créditos presumidos de IPI de que trata este artigo:
		I – não estão sujeitos a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins; e
		II – não devem ser computados para fins de apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
	Art. 34. I – o cancelamento da habilitação ao INOVAR-AUTO; e	Art. 42. Acarretará o cancelamento da habilitação ao Inovar-Auto;
	Art. 34. O descumprimento dos requisitos estabelecidos por esta Medida Provisória ou pelos atos complementares do Poder Executivo acarretará;	I – o descumprimento dos requisitos estabelecidos por esta Lei ou pelos atos complementares do Poder Executivo; ou
		II – a adoção de práticas contrárias às normalmente adotadas no mercado, com objetivo de obtenção de vantagem indevida relativamente às demais empresas,

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
		tais como:
		a) não utilização de valor disponível de crédito presumido; ou
		b) utilização de valor do crédito presumido apenas em parte da produção, de forma a obter redução do IPI devido maior do que resultaria da aplicação do crédito presumido na totalidade da produção.
	II - o pagamento do imposto que deixou de ser pago em função do crédito presumido do IPI, com os acréscimos previstos na legislação tributária.	§ 1º O cancelamento da habilitação ao Inovar-Auto implicará a exigência do imposto que deixou de ser pago desde a primeira habilitação em função da utilização do crédito presumido do IPI, com os acréscimos previstos na legislação tributária.
		§ 2º O Poder Executivo poderá dispor em regulamento que a exigência do IPI e dos acréscimos de que trata o § 1º será proporcional ao descumprimento dos compromissos assumidos.
		§ 3º No caso de a empresa possuir mais de uma habilitação ao Inovar-Auto, o cancelamento de uma delas não afetará as demais.
	Parágrafo único. O disposto no caput produzirá efeitos a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do cancelamento ou desde a habilitação na hipótese em que se verifique que a empresa não atendia os requisitos para a habilitação ao regime especial.	
		Art. 43. Fica sujeita à multa de 10% (dez por cento) do valor do crédito presumido apurado a empresa que descumprir obrigação acessória relativa ao Inovar-Auto.
		Parágrafo único. O percentual de que trata o caput deverá ser aplicado sobre o valor do crédito

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
		presumido referente ao mês anterior ao da verificação da infração.
	Art. 35. O crédito presumido de IPI de que trata o art. 31 não exclui os benefícios previstos nos arts. 11-A e 11-B da Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, e no art. 1º da Lei nº 9.826, de 23 de agosto de 1999, e o regime especial de tributação de que trata o art. 56 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, nos termos, limites e condições estabelecidos em ato do Poder Executivo.	Art. 44. O crédito presumido de IPI de que trata o art. 41 não exclui os benefícios previstos nos arts. 11-A e 11-B da Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, e no art. 1º da Lei nº 9.826, de 23 de agosto de 1999, e o regime especial de tributação de que trata o art. 56 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, nos termos, limites e condições estabelecidos em ato do Poder Executivo.
		Art. 45. A empresa titular de empreendimento industrial beneficiária do crédito presumido de IPI de que trata a Lei nº 9.826, de 23 de agosto de 1999, poderá renunciar a esse benefício e optar por apurar crédito presumido nos termos estabelecidos pelos arts. 11-A e 11-B da Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997.
		Parágrafo único. A opção de que trata o caput será manifestada no prazo de até 30 (trinta) dias contados da publicação desta Lei, mediante comunicação ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, gerando efeitos a partir de sua efetivação, vedada a apuração retroativa de créditos.
	Art. 36. A importação de mercadoria estrangeira não autorizada com fundamento na legislação de proteção ao meio ambiente, saúde, segurança pública ou em atendimento a controles sanitários, fitossanitários e zoossanitários obriga o importador, imediatamente após a ciência de que não será autorizada a importação, a destruir ou a devolver diretamente a mercadoria ao local onde originalmente foi embarcada, quando sua destruição no País não for	Art. 46. A importação de mercadoria estrangeira não autorizada com fundamento na legislação de proteção ao meio ambiente, saúde, segurança pública ou em atendimento a controles sanitários, fitossanitários e zoossanitários obriga o importador, imediatamente após a ciência de que não será autorizada a importação, a destruir ou a devolver diretamente a mercadoria ao local onde originalmente foi embarcada, quando sua destruição no País não for

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	autorizada pelo órgão competente.	autorizada pelo órgão competente.
	§ 1º A obrigação referida no caput será do transportador internacional da mercadoria importada, na hipótese de mercadoria acobertada por conhecimento de carga à ordem ou consignada a pessoa inexistente ou com domicílio desconhecido no País	§ 1º A obrigação referida no caput será do transportador internacional da mercadoria importada, na hipótese de mercadoria acobertada por conhecimento de carga à ordem ou consignada a pessoa inexistente ou com domicílio desconhecido no País.
	§ 2º No caso de descumprimento da obrigação de destruir ou de devolver a mercadoria, a que se referem o caput e o § 1º, a autoridade aduaneira, no prazo de cinco dias da ciência de que não será autorizada a importação:	§ 2º No caso de descumprimento da obrigação de destruir ou de devolver a mercadoria, a que se referem o caput e o § 1º, a autoridade aduaneira, no prazo de 5 (cinco) dias da ciência de que não será autorizada a importação:
	I – determinará ao depositário ou ao operador portuário, a quem tenha sido confiada a mercadoria, que proceda à sua devolução ou destruição, ouvido o órgão competente a que se refere o caput, em cinco dias úteis; e	I – determinará ao depositário ou ao operador portuário, a quem tenha sido confiada a mercadoria, que proceda à sua devolução ou destruição, ouvido o órgão competente a que se refere o caput, em 5 (cinco) dias úteis; e
	II – aplicará ao responsável, importador ou transportador internacional, multa no valor de R\$ 10,00 (dez reais) por quilograma.	II – aplicará ao responsável, importador ou transportador internacional, multa no valor de R\$ 10,00 (dez reais) por quilograma.
	§ 3º Na hipótese a que se refere o § 2º, o importador ou o transportador internacional, conforme o caso, fica obrigado a proceder à indenização civil do depositário ou operador portuário que devolver ao exterior ou destruir a mercadoria, pelas despesas incorridas.	§ 3º Na hipótese a que se refere o § 2º, o importador ou o transportador internacional, conforme o caso, fica obrigado a proceder à indenização civil do depositário ou operador portuário que devolver ao exterior ou destruir a mercadoria, pelas despesas incorridas.
	§ 4º Na hipótese de autorização para destruição da mercadoria em território brasileiro, aplica-se ainda ao responsável, importador ou transportador internacional, multa no valor de R\$ 10,00 (dez reais) por quilograma.	§ 4º Na hipótese de autorização para destruição da mercadoria em território brasileiro, aplica-se ainda ao responsável, importador ou transportador internacional, multa no valor de R\$ 10,00 (dez reais) por quilograma.
	§ 5º No caso de extravio das mercadorias, será	§ 5º No caso de extravio das mercadorias, será

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	aplicada ao responsável multa no valor de R\$ 30,00 (trinta reais) por quilograma.	aplicada ao responsável multa no valor de R\$ 30,00 (trinta reais) por quilograma.
	§ 6º Na hipótese de descumprimento da determinação prevista no inciso I do § 2º pelo depositário ou operador portuário, aplica-se a sanção administrativa de suspensão da autorização para movimentação de cargas no recinto ou local, cabendo recurso com efeito meramente devolutivo.	§ 6º Na hipótese de descumprimento da determinação prevista no inciso I do § 2º pelo depositário ou operador portuário, aplica-se a sanção administrativa de suspensão da autorização para movimentação de cargas no recinto ou local, cabendo recurso com efeito meramente devolutivo.
	§ 7º A suspensão a que se refere o § 6º produzirá efeitos até que seja efetuada a devolução ou destruição da mercadoria.	§ 7º A suspensão a que se refere o § 6º produzirá efeitos até que seja efetuada a devolução ou destruição da mercadoria.
	§ 8º Na hipótese de não ser destruída ou devolvida a mercadoria, no prazo de sessenta dias da ciência a que se refere o § 2º ou da determinação a que se refere o inciso I do § 2º:	§ 8º Na hipótese de não ser destruída ou devolvida a mercadoria, no prazo de 60 (sessenta) dias da ciência a que se refere o § 2º ou da determinação a que se refere o inciso I do § 2º:
	I – será aplicada ao responsável pelo descumprimento da obrigação ou determinação multa no valor de R\$ 20,00 (vinte reais) por quilograma, sem prejuízo das penalidades previstas nos §§ 2º, 4º e 6º; e	I – será aplicada ao responsável pelo descumprimento da obrigação ou determinação multa no valor de R\$ 20,00 (vinte reais) por quilograma, sem prejuízo das penalidades previstas nos §§ 2º, 4º e 6º; e
	II – poderá a devolução ou destruição ser efetuada de ofício, recaindo todos os custos sobre o responsável pela infração, importador ou transportador internacional.	II – poderá a devolução ou destruição ser efetuada de ofício, recaindo todos os custos sobre o responsável pela infração, importador ou transportador internacional.
	§ 9º O representante legal no País do transportador estrangeiro sujeita-se às obrigações previstas nos §§ 1º e 3º, e responderá pelas multas e pelos ressarcimentos previstos neste artigo, quando lhe forem atribuídos.	§ 9º O representante legal no País do transportador estrangeiro sujeita-se às obrigações previstas nos §§ 1º e 3º, e responderá pelas multas e pelos ressarcimentos previstos neste artigo, quando lhe forem atribuídos.
	§ 10. A apuração das infrações para efeito de aplicação das penalidades previstas neste artigo terá início com a lavratura do correspondente auto de infração, por auditor-fiscal da Receita Federal do	§ 10. A apuração das infrações para efeito de aplicação das penalidades previstas neste artigo terá início com a lavratura do correspondente auto de infração, por auditor-fiscal da Receita Federal do

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	Brasil, observados o rito e as competências para julgamento estabelecidos:	Brasil, observados o rito e as competências para julgamento estabelecidos:
	I – no Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, no caso das multas; e	I – no Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, no caso das multas; e
	II – no art. 76 da Lei nº 10.833, de 2003, no caso da sanção administrativa.	II – no art. 76 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, no caso da sanção administrativa.
	§ 11. O disposto neste artigo não prejudica a aplicação de outras penalidades, nem a representação fiscal para fins penais, quando cabível.	§ 11. O disposto neste artigo não prejudica a aplicação de outras penalidades, nem a representação fiscal para fins penais, quando cabível.
	§ 12. O Poder Executivo poderá regulamentar o disposto neste artigo e estabelecer casos em que a devolução ou destruição de ofício deva ocorrer antes do prazo a que se refere o § 8º.	§ 12. O Poder Executivo poderá regulamentar o disposto neste artigo e estabelecer casos em que a devolução ou destruição de ofício deva ocorrer antes do prazo a que se refere o § 8º.
		§ 13. Para efeitos do disposto no § 9º, fica estabelecido que os agentes marítimos não se equiparam ao representante legal no País do transportador internacional.
Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976	Art. 37. O art. 29 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:	Art. 47. O art. 29 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 29. A destinação das mercadorias a que se refere o art. 28 será feita das seguintes formas: § 1º O disposto neste artigo não prejudica a isenção prevista no inciso III do artigo 13 do Decreto-lei número 37, de 18 de novembro de 1966, com a redação do artigo 1º do Decreto-lei número 1.123, de 3 de setembro de 1970, ressalvado o disposto no artigo 2º deste Decreto-lei.	“Art. 29.	“Art. 29.
		§ 1º-A. Decorridos 90 (noventa) dias da ciência da determinação expressa emanada de autoridade

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
		judiciária, nos termos do disposto no inciso I do § 1º, caso as mercadorias continuem sob a responsabilidade e administração do Ministério da Fazenda, ainda que relativas a processos pendentes de apreciação judicial definitiva, a autoridade fiscal poderá:
		I – comunicar ao juízo competente sobre a intenção de dar início aos procedimentos relativos à destinação; ou
		II – transferi-las para depósito do Poder Judiciário.
		§ 1º-B. Não havendo nova determinação judicial expressa em contrário no prazo de 30 (trinta) dias, contado da comunicação referida no inciso I do § 1º-A, a autoridade fiscal poderá proceder à destinação das mercadorias, sem prejuízo de indenização ao interessado, na hipótese de posterior decisão judicial transitada em julgado que determine sua restituição.
<p>§ 2º A isenção a que se refere o " <i>caput</i> " deste artigo não se aplica a máquinas ou aparelhos elétricos ou eletrônicos, nem a bebidas, comestíveis e fumo, salvo quando adquiridos nas condições previstas no parágrafo 4º.</p> <p>.....</p> <p>§ 12. Não haverá incidência de tributos federais sobre o valor da alienação, mediante licitação, das mercadorias de que trata este artigo.</p>	
	§ 13. A alienação mediante licitação, prevista na alínea "a" do inciso I do caput, será realizada mediante leilão, preferencialmente por meio eletrônico." (NR)	§ 13. A alienação mediante licitação, prevista na alínea <i>a</i> do inciso I do caput, será realizada mediante leilão, preferencialmente por meio eletrônico." (NR)
Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996	Art. 38. Os arts. 18, 19 e 22 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação:	Art. 48. Os arts. 12 , 18, 19 e 22 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação:

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
Art. 12. Deverá ser computado na determinação do lucro real o montante dos créditos deduzidos que tenham sido recuperados, em qualquer época ou a qualquer título, inclusive nos casos de novação da dívida ou do arresto dos bens recebidos em garantia real.		“Art. 12.
§ 2º Nas operações de crédito realizadas por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, nos casos de renegociação de dívida, o reconhecimento da receita para fins de incidência de imposto sobre a renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ocorrerá no momento do efetivo recebimento do crédito nas seguintes hipóteses:		§ 2º Nas operações de crédito realizadas por instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, nos casos de renegociação de dívida, o reconhecimento da receita para fins de incidência de imposto sobre a renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ocorrerá no momento do efetivo recebimento do crédito.” (NR)
I - operação de financiamento rural;		
II - operação de crédito concedido a pessoa física de valor igual ou inferior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), apurado no momento da perda dos créditos.		
Art. 18. Os custos, despesas e encargos relativos a bens, serviços e direitos, constantes dos documentos de importação ou de aquisição, nas operações efetuadas com pessoa vinculada, somente serão dedutíveis na determinação do lucro real até o valor que não exceda ao preço determinado por um dos seguintes métodos:	“Art. 18.	“Art. 18.
I - Método dos Preços Independentes Comparados - PIC: definido como a média aritmética dos preços de bens, serviços ou direitos, idênticos ou similares, apurados no mercado brasileiro ou de outros países, em operações de compra e venda, em condições de	I – Método dos Preços Independentes Comparados – PIC - definido como a média aritmética ponderada dos preços de bens, serviços ou direitos, idênticos ou similares, apurados no mercado brasileiro ou de outros países, em operações de compra e venda	I - Método dos Preços Independentes Comparados – PIC: definido como a média aritmética ponderada dos preços de bens, serviços ou direitos, idênticos ou similares, apurados no mercado brasileiro ou de outros países, em operações de compra e venda

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
pagamento semelhantes;	empreendidas pela própria interessada ou por terceiros, em condições de pagamento semelhantes;	empreendidas pela própria interessada ou por terceiros, em condições de pagamento semelhantes;
II - Método do Preço de Revenda menos Lucro - PRL: definido como a média aritmética dos preços de revenda dos bens ou direitos, diminuídos:	II – Método do Preço de Revenda menos Lucro - PRL - definido como a média aritmética ponderada dos preços de venda, no País, dos bens, direitos ou serviços importados, em condições de pagamento semelhantes e calculados conforme a metodologia a seguir:	II - Método do Preço de Revenda menos Lucro – PRL: definido como a média aritmética ponderada dos preços de venda, no País, dos bens, direitos ou serviços importados, em condições de pagamento semelhantes e calculados conforme a metodologia a seguir:
a) dos descontos incondicionais concedidos;	a) preço líquido de venda - a média aritmética ponderada dos preços de venda do bem, direito ou serviço produzido, diminuídos dos descontos incondicionais concedidos, dos impostos e contribuições sobre as vendas e das comissões e corretagens pagas;	a) preço líquido de venda: a média aritmética ponderada dos preços de venda do bem, direito ou serviço produzido, diminuídos dos descontos incondicionais concedidos, dos impostos e contribuições sobre as vendas e das comissões e corretagens pagas;
b) dos impostos e contribuições incidentes sobre as vendas;	b) percentual de participação dos bens, direitos ou serviços importados no custo total do bem, direito ou serviço vendido - a relação percentual entre o custo médio ponderado do bem, direito ou serviço importado e o custo total médio ponderado do bem, direito ou serviço vendido, calculado em conformidade com a planilha de custos da empresa;	b) percentual de participação dos bens, direitos ou serviços importados no custo total do bem, direito ou serviço vendido: a relação percentual entre o custo médio ponderado do bem, direito ou serviço importado e o custo total médio ponderado do bem, direito ou serviço vendido, calculado em conformidade com a planilha de custos da empresa;
c) das comissões e corretagens pagas;	c) participação dos bens, direitos ou serviços importados no preço de venda do bem, direito ou serviço vendido – aplicação do percentual de participação do bem, direito ou serviço importado no custo total, apurada conforme a alínea “b”, sobre o preço líquido de venda calculado de acordo com a alínea “a”;	c) participação dos bens, direitos ou serviços importados no preço de venda do bem, direito ou serviço vendido: aplicação do percentual de participação do bem, direito ou serviço importado no custo total, apurada conforme a alínea b, sobre o preço líquido de venda calculado de acordo com a alínea a;
d) da margem de lucro de;	d) margem de lucro – a aplicação dos percentuais previstos no § 12, conforme setor econômico da pessoa jurídica sujeita ao controle de preços de	d) margem de lucro: a aplicação dos percentuais previstos no § 12, conforme setor econômico da pessoa jurídica sujeita ao controle de preços de

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	transferência, sobre a participação do bem, direito ou serviço importado no preço de venda do bem, direito ou serviço vendido, calculado de acordo com a alínea “c”; e	transferência, sobre a participação do bem, direito ou serviço importado no preço de venda do bem, direito ou serviço vendido, calculado de acordo com a alínea c; e
1. sessenta por cento, calculada sobre o preço de revenda após deduzidos os valores referidos nas alíneas anteriores e do valor agregado no País, na hipótese de bens importados aplicados à produção;		I – (revogado);
2. vinte por cento, calculada sobre o preço de revenda, nas demais hipóteses.		II – (revogado);
	e) preço parâmetro – a diferença entre o valor da participação do bem, direito ou serviço importado no preço de venda do bem, direito ou serviço vendido, calculado conforme a alínea “c”, e a “margem de lucro”, calculada de acordo com a alínea “d”; e	e) preço parâmetro: a diferença entre o valor da participação do bem, direito ou serviço importado no preço de venda do bem, direito ou serviço vendido, calculado conforme a alínea c; e a “margem de lucro”, calculada de acordo com a alínea d; e
III - Método do Custo de Produção mais Lucro - CPL: definido como o custo médio de produção de bens, serviços ou direitos, idênticos ou similares, no país onde tiverem sido originariamente produzidos, acrescido dos impostos e taxas cobrados pelo referido país na exportação e de margem de lucro de vinte por cento, calculada sobre o custo apurado.	III – Método do Custo de Produção mais Lucro - CPL - definido como o custo médio ponderado de produção de bens, serviços ou direitos, idênticos ou similares, acrescido dos impostos e taxas cobrados na exportação no país onde tiverem sido originariamente produzidos, e de margem de lucro de vinte por cento, calculada sobre o custo apurado.	III – Método do Custo de Produção mais Lucro – CPL: definido como o custo médio ponderado de produção de bens, serviços ou direitos, idênticos ou similares, acrescido dos impostos e taxas cobrados na exportação no país onde tiverem sido originariamente produzidos, e de margem de lucro de 20 % (vinte por cento), calculada sobre o custo apurado.
§ 1º As médias aritméticas dos preços de que tratam os incisos I e II e o custo médio de produção de que trata o inciso III serão calculados considerando os preços praticados e os custos incorridos durante todo o período de apuração da base de cálculo do imposto de renda a que se referirem os custos, despesas ou encargos.	§ 1º As médias aritméticas ponderadas dos preços de que tratam os incisos I e II do caput e o custo médio ponderado de produção de que trata o inciso III do caput serão calculados considerando os preços praticados e os custos incorridos durante todo o período de apuração da base de cálculo do imposto sobre a renda a que se referirem os custos, despesas ou encargos.	§ 1º As médias aritméticas ponderadas dos preços de que tratam os incisos I e II do caput e o custo médio ponderado de produção de que trata o inciso III do caput serão calculados considerando-se os preços praticados e os custos incorridos durante todo o período de apuração da base de cálculo do imposto sobre a renda a que se referirem os custos, despesas ou encargos.

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
<p>§ 6º Integram o custo, para efeito de dedutibilidade, o valor do frete e do seguro, cujo ônus tenha sido do importador e os tributos incidentes na importação.</p>	<p>§ 6º Não integram o custo, para efeito do cálculo disposto na alínea “b” do inciso II do caput, o valor do frete e do seguro, cujo ônus tenha sido do importador, desde que tenham sido contratados com pessoas:</p>	<p>§ 6º Não integram o custo, para efeito do cálculo disposto na alínea b do inciso II do caput, o valor do frete e do seguro, cujo ônus tenha sido do importador, desde que tenham sido contratados com pessoas:</p>
	<p>I – não vinculadas; e</p>	<p>I – não vinculadas; e</p>
	<p>II – que não sejam residentes ou domiciliadas em países ou dependências de tributação favorecida, ou que não estejam amparados por regimes fiscais privilegiados.</p>	<p>II – que não sejam residentes ou domiciliadas em países ou dependências de tributação favorecida, ou que não estejam amparados por regimes fiscais privilegiados.</p>
	<p>§ 6º-A. Não integram o custo, para efeito do cálculo disposto na alínea “b” do inciso II do caput, os tributos incidentes na importação e os gastos no desembaraço aduaneiro.</p>	<p>§ 6º-A. Não integram o custo, para efeito do cálculo disposto na alínea b do inciso II do caput, os tributos incidentes na importação e os gastos no desembaraço aduaneiro.</p>
<p>§ 7º A parcela dos custos que exceder ao valor determinado de conformidade com este artigo deverá ser adicionada ao lucro líquido, para determinação do lucro real.</p> <p>.....</p> <p>§ 9º O disposto neste artigo não se aplica aos casos de <i>royalties</i> e assistência técnica, científica, administrativa ou assemelhada, os quais permanecem subordinados às condições de dedutibilidade constantes da legislação vigente.</p>	<p>§ 7º</p> <p>.....</p>	<p>.....</p>
	<p>§ 10. Relativamente ao método previsto no inciso I do caput, as operações utilizadas para fins de cálculo devem:</p>	<p>§ 10. Relativamente ao método previsto no inciso I do caput, as operações utilizadas para fins de cálculo devem:</p>
	<p>I – representar, ao menos, cinco por cento do valor das operações de importação sujeitas ao controle de preços de transferência, empreendidas pela pessoa jurídica, no período de apuração, quanto ao tipo de bem, direito ou serviço importado, na hipótese em que</p>	<p>I – representar, ao menos, 5% (cinco por cento) do valor das operações de importação sujeitas ao controle de preços de transferência, empreendidas pela pessoa jurídica, no período de apuração, quanto ao tipo de bem, direito ou serviço importado, na hipótese em que</p>

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	os dados utilizados para fins de cálculo digam respeito às suas próprias operações; e	os dados utilizados para fins de cálculo digam respeito às suas próprias operações; e
	II – corresponder a preços independentes realizados no mesmo ano-calendário das respectivas operações de importações sujeitas ao controle de preços de transferência.	II – corresponder a preços independentes realizados no mesmo ano-calendário das respectivas operações de importações sujeitas ao controle de preços de transferência.
	§ 11. Na hipótese do inciso II do § 10, não havendo preço independente no ano-calendário da importação, poderá ser utilizado preço independente relativo à operação efetuada no ano-calendário imediatamente anterior ao da importação, ajustado pela variação cambial do período.	§ 11. Na hipótese do inciso II do § 10, não havendo preço independente no ano-calendário da importação, poderá ser utilizado preço independente relativo à operação efetuada no ano-calendário imediatamente anterior ao da importação, ajustado pela variação cambial do período.
	§ 12. As margens a que se refere a alínea “d” do inciso II do caput serão aplicadas de acordo com o setor da atividade econômica da pessoa jurídica brasileira sujeita aos controles de preços de transferência e incidirão, independentemente de submissão a processo produtivo ou não no Brasil, nos seguintes percentuais:	§ 12. As margens a que se refere a alínea d do inciso II do caput serão aplicadas de acordo com o setor da atividade econômica da pessoa jurídica brasileira sujeita aos controles de preços de transferência e incidirão, independentemente de submissão a processo produtivo ou não no Brasil, nos seguintes percentuais:
	I – quarenta por cento, para os setores de:	I – 40% (quarenta por cento), para os setores de:
	a) fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos;	a) produtos farmoquímicos e farmacêuticos;
	b) fabricação de produtos do fumo;	b) produtos do fumo;
	c) fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, fotográficos e cinematográficos;	c) equipamentos e instrumentos ópticos, fotográficos e cinematográficos;
	d) comércio de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar;	d) máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odontomédico-hospitalar;
	e) extração de petróleo e gás natural; e	e) extração de petróleo e gás natural; e
	f) fabricação de produtos derivados do petróleo;	f) produtos derivados do petróleo;
	II – trinta por cento para os setores de:	II – 30% (trinta por cento) para os setores de:

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	a) fabricação de produtos químicos;	a) produtos químicos;
	b) fabricação de vidros e de produtos do vidro;	b) vidros e de produtos do vidro;
	c) fabricação de celulose, papel e produtos de papel; e	c) celulose, papel e produtos de papel; e
	d) metalurgia; e	d) metalurgia; e
	III – vinte por cento para os demais setores.	III – 20% (vinte por cento) para os demais setores.
	§ 13. Na hipótese em que a pessoa jurídica desenvolva atividades enquadradas em mais de um inciso do § 12, deverá ser adotada para fins de cálculo do PRL a margem correspondente ao setor da atividade para o qual o bem importado tenha sido destinado, observado o disposto no § 14.	§ 13. Na hipótese em que a pessoa jurídica desenvolva atividades enquadradas em mais de um inciso do § 12, deverá ser adotada para fins de cálculo do PRL a margem correspondente ao setor da atividade para o qual o bem importado tenha sido destinado, observado o disposto no § 14.
	§ 14. Na hipótese de um mesmo bem importado ser revendido e aplicado na produção de um ou mais produtos, ou na hipótese de o bem importado ser submetido a diferentes processos produtivos no Brasil, o preço parâmetro final será a média ponderada dos valores encontrados mediante a aplicação do método PRL, de acordo com suas respectivas destinações.	§ 14. Na hipótese de um mesmo bem importado ser revendido e aplicado na produção de um ou mais produtos, ou na hipótese de o bem importado ser submetido a diferentes processos produtivos no Brasil, o preço parâmetro final será a média ponderada dos valores encontrados mediante a aplicação do método PRL, de acordo com suas respectivas destinações.
	§ 15. No caso de ser utilizado o método PRL, o preço parâmetro deverá ser apurado considerando os preços de venda no período em que os produtos forem baixados dos estoques para resultado.	§ 15. No caso de ser utilizado o método PRL, o preço parâmetro deverá ser apurado considerando-se os preços de venda no período em que os produtos forem baixados dos estoques para resultado.
	§ 16. Na hipótese de importação de commodities sujeitas à cotação em bolsas de mercadorias e futuros internacionalmente reconhecidas, deverá ser utilizado o Método do Preço sob Cotação na Importação - PCI definido no art. 18-A." (NR)	§ 16. Na hipótese de importação de commodities sujeitas à cotação em bolsas de mercadorias e futuros internacionalmente reconhecidas, deverá ser utilizado o Método do Preço sob Cotação na Importação - PCI definido no art. 18-A.
		§ 17. Na hipótese do inciso I do § 10, não havendo operações que representem 5% (cinco por cento) do valor das importações sujeitas ao controle de preços

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
		de transferência no período de apuração, o percentual poderá ser complementado com as importações efetuadas no ano-calendário imediatamente anterior, ajustado pela variação cambial do período.” (NR)
<p>Art. 19. As receitas auferidas nas operações efetuadas com pessoa vinculada ficam sujeitas a arbitramento quando o preço médio de venda dos bens, serviços ou direitos, nas exportações efetuadas durante o respectivo período de apuração da base de cálculo do imposto de renda, for inferior a noventa por cento do preço médio praticado na venda dos mesmos bens, serviços ou direitos, no mercado brasileiro, durante o mesmo período, em condições de pagamento semelhantes.</p> <p>.....</p> <p>§ 8º Para efeito do disposto no § 3º, somente serão consideradas as operações de compra e venda praticadas entre compradores e vendedores não vinculados.</p>	<p>“Art. 19.</p>	<p>“Art. 19.</p>
	§ 9º Na hipótese de exportação de commodities sujeitas à cotação em bolsas de mercadorias e futuros internacionalmente reconhecidas, deverá ser utilizado o Método do Preço sob Cotação na Exportação – PECEX, definido no art. 19-A.” (NR)	§ 9º Na hipótese de exportação de commodities sujeitas à cotação em bolsas de mercadorias e futuros internacionalmente reconhecidas, deverá ser utilizado o Método do Preço sob Cotação na Exportação - PECEX, definido no art. 19-A.” (NR)
<p>Art. 22. Os juros pagos ou creditados a pessoa vinculada, quando decorrentes de contrato não registrado no Banco Central do Brasil, somente serão dedutíveis para fins de determinação do lucro real até o montante que não exceda ao valor calculado com base na taxa Libor, para depósitos em dólares dos Estados Unidos da América pelo prazo de seis meses,</p>	<p>“Art. 22. Os juros pagos ou creditados a pessoa vinculada, quando decorrentes de contrato de mútuo, somente serão dedutíveis para fins de determinação do lucro real até o montante que não exceda ao valor calculado com base na taxa London Interbank Offered Rate - LIBOR, para depósitos em dólares dos Estados Unidos da América pelo prazo de seis meses,</p>	<p>“Art. 22. Os juros pagos ou creditados a pessoa vinculada, quando decorrentes de contrato de mútuo, somente serão dedutíveis para fins de determinação do lucro real até o montante que não exceda ao valor calculado com base na taxa London Interbank Offered Rate - LIBOR, para depósitos em dólares dos Estados Unidos da América pelo prazo de 6 (seis) meses,</p>

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
acrescida de três por cento anuais a título de spread, proporcionalizados em função do período a que se referirem os juros.	acrescida de margem percentual a título de spread, a ser definida anualmente por ato do Ministro de Estado da Fazenda com base na média de mercado , proporcionalizados em função do período a que se referirem os juros.	acrescida de 3% (três por cento) anuais a título de spread, proporcionalizados em função do período a que se referirem os juros.
..... § 4º Nos casos de contratos registrados no Banco Central do Brasil, serão admitidos os juros determinados com base na taxa registrada.” (NR) (O art. 53 da MPV revoga o § 4º.) (O art. 77 do PLV revoga o § 4º.)
		§ 5º O Ministro de Estado da Fazenda poderá reduzir o percentual de spread, bem como restabelecê-lo até o valor fixado no caput.” (NR)
	Art. 39. Os arts. 20 e 28 da Lei nº 9.430, de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação:	Art. 49. Os arts. 20 e 28 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação:
Art. 20. Em circunstâncias especiais , o Ministro de Estado da Fazenda poderá alterar os percentuais de que tratam os arts. 18 e 19, caput, e incisos II, III e IV de seu § 3º .	“Art. 20. O Ministro de Estado da Fazenda poderá, em circunstâncias justificadas , alterar os percentuais de que tratam os arts. 18 e 19 de ofício, ou mediante requerimento conforme o § 2º do art. 21. ” (NR)	“Art. 20. O Ministro de Estado da Fazenda poderá, em circunstâncias justificadas, alterar os percentuais de que tratam os arts. 18 e 19, de ofício, ou mediante requerimento conforme o § 2º do art. 21. ” (NR)
Art. 28. Aplicam-se à apuração da base de cálculo e ao pagamento da contribuição social sobre o lucro líquido as normas da legislação vigente e as correspondentes aos arts. 1º a 3º, 5º a 14, 17 a 24 , 26, 55 e 71, desta Lei .	“Art. 28. Aplicam-se à apuração da base de cálculo e ao pagamento da contribuição social sobre o lucro líquido as normas da legislação vigente e as correspondentes aos arts. 1º a 3º, 5º a 14, 17 a 24-B , 26, 55 e 71.” (NR)	“Art. 28. Aplicam-se à apuração da base de cálculo e ao pagamento da contribuição social sobre o lucro líquido as normas da legislação vigente e as correspondentes aos arts. 1º a 3º, 5º a 14, 17 a 24-B , 26, 55 e 71.” (NR)
	Art. 40. A Lei nº 9.430, de 1996, passa a vigorar acrescida dos arts. 18-A e 19-A:	Art. 50. A Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos arts. 18-A e 19-A:
Art. 18. Os custos, despesas e encargos relativos a bens, serviços e direitos, constantes dos documentos de importação ou de aquisição, nas operações efetuadas com pessoa vinculada, somente serão dedutíveis na determinação do lucro real até o valor		

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
que não exceda ao preço determinado por um dos seguintes métodos:		
	“Art. 18-A. O Método do Preço sob Cotação na Importação – PCI é definido como os valores médios diários da cotação de bens ou direitos sujeitos a preços públicos em bolsas de mercadorias e futuros internacionalmente reconhecidas.	“Art. 18-A. O Método do Preço sob Cotação na Importação - PCI é definido como os valores médios diários da cotação de bens ou direitos sujeitos a preços públicos em bolsas de mercadorias e futuros internacionalmente reconhecidas.
	§ 1º Os preços dos bens importados e declarados por pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no País serão comparados com os preços de cotação desses bens, constantes em bolsas de mercadorias e futuros internacionalmente reconhecidas, ajustados para mais ou para menos do prêmio médio de mercado, na data da transação, nos casos de importação de:	§ 1º Os preços dos bens importados e declarados por pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no País serão comparados com os preços de cotação desses bens, constantes em bolsas de mercadorias e futuros internacionalmente reconhecidas, ajustados para mais ou para menos do prêmio médio de mercado, na data da transação, nos casos de importação de:
	I – pessoas físicas ou jurídicas vinculadas;	I – pessoas físicas ou jurídicas vinculadas;
	II – residentes ou domiciliadas em países ou dependências com tributação favorecida; ou	II – residentes ou domiciliadas em países ou dependências com tributação favorecida; ou
	III – pessoas físicas ou jurídicas beneficiadas por regimes fiscais privilegiados.	III – pessoas físicas ou jurídicas beneficiadas por regimes fiscais privilegiados.
	§ 2º Não havendo cotação disponível para o dia da transação, deverá ser utilizada a última cotação conhecida.	§ 2º Não havendo cotação disponível para o dia da transação, deverá ser utilizada a última cotação conhecida.
	§ 3º Na hipótese de ausência de identificação da data da transação, a conversão será efetuada considerando a data do registro da declaração de importação de mercadoria.	§ 3º Na hipótese de ausência de identificação da data da transação, a conversão será efetuada considerando-se a data do registro da declaração de importação de mercadoria.
		§ 4º Na hipótese de não haver cotação dos bens em bolsas de mercadorias e futuros internacionalmente

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
		reconhecidas, os preços dos bens importados a que se refere o § 1º poderão ser comparados com os obtidos a partir de fontes de dados independentes fornecidas por instituições de pesquisa setoriais internacionalmente reconhecidas.
	§ 4º A Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda disciplinará a aplicação do disposto neste artigo, inclusive a divulgação das bolsas de mercadorias e futuros para cotação de preços.” (NR)	§ 5º A Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda disciplinará a aplicação do disposto neste artigo, inclusive a divulgação das bolsas de mercadorias e futuros e das instituições de pesquisas setoriais internacionalmente reconhecidas para cotação de preços.”
Art. 19. As receitas auferidas nas operações efetuadas com pessoa vinculada ficam sujeitas a arbitramento quando o preço médio de venda dos bens, serviços ou direitos, nas exportações efetuadas durante o respectivo período de apuração da base de cálculo do imposto de renda, for inferior a noventa por cento do preço médio praticado na venda dos mesmos bens, serviços ou direitos, no mercado brasileiro, durante o mesmo período, em condições de pagamento semelhantes.		
	“Art. 19-A. O Método do Preço sob Cotação na Exportação - PECEX é definido como os valores médios diários da cotação de bens ou direitos sujeitos a preços públicos em bolsas de mercadorias e futuros internacionalmente reconhecidas.	“Art. 19-A. O Método do Preço sob Cotação na Exportação - PECEX é definido como os valores médios diários da cotação de bens ou direitos sujeitos a preços públicos em bolsas de mercadorias e futuros internacionalmente reconhecidas.
	§ 1º Os preços dos bens exportados e declarados por pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no País serão comparados com os preços de cotação dos bens, constantes em bolsas de mercadorias e	§ 1º Os preços dos bens exportados e declarados por pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no País serão comparados com os preços de cotação dos bens, constantes em bolsas de mercadorias e

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	futuros internacionalmente reconhecidas, ajustados para mais ou para menos do prêmio médio de mercado, na data da transação, nos casos de exportação para:	futuros internacionalmente reconhecidas, ajustados para mais ou para menos do prêmio médio de mercado, na data da transação, nos casos de exportação para:
	I – pessoas físicas ou jurídicas vinculadas;	I – pessoas físicas ou jurídicas vinculadas;
	II – residentes ou domiciliadas em países ou dependências com tributação favorecida; ou	II – residentes ou domiciliadas em países ou dependências com tributação favorecida; ou
	III – pessoas físicas ou jurídicas beneficiadas por regimes fiscais privilegiados.	III – pessoas físicas ou jurídicas beneficiadas por regimes fiscais privilegiados.
	§ 2º Não havendo cotação disponível para o dia da transação, deverá ser utilizada a última cotação conhecida.	§ 2º Não havendo cotação disponível para o dia da transação, deverá ser utilizada a última cotação conhecida.
	§ 3º Na hipótese de ausência de identificação da data da transação, a conversão será efetuada considerando a data de embarque dos bens exportados.	§ 3º Na hipótese de ausência de identificação da data da transação, a conversão será efetuada considerando-se a data de embarque dos bens exportados.
	§ 4º As receitas auferidas nas operações de que trata o caput ficam sujeitas ao arbitramento de preços de transferência, não se aplicando o percentual de noventa por cento previsto no caput do art. 19.	§ 4º As receitas auferidas nas operações de que trata o caput ficam sujeitas ao arbitramento de preços de transferência, não se aplicando o percentual de 90% (noventa por cento) previsto no caput do art. 19.
		§ 5º Na hipótese de não haver cotação dos bens em bolsas de mercadorias e futuros internacionalmente reconhecidas, os preços dos bens exportados a que se refere o § 1º poderão ser comparados:
		I – com os obtidos a partir de fontes de dados independentes fornecidas por instituições de pesquisa setoriais internacionalmente reconhecidas; ou
		II – com os preços definidos por agências ou órgãos reguladores e publicados no Diário Oficial da União.
	§ 5º A Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda disciplinará o disposto neste	§ 6º A Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda disciplinará o disposto neste

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	artigo, inclusive a divulgação das bolsas de mercadorias e futuros para cotação de preços.” (NR)	artigo, inclusive a divulgação das bolsas de mercadorias e futuros e das instituições de pesquisas setoriais internacionalmente reconhecidas para cotação de preços.
		§ 7º O preço definido na forma deste artigo será adotado para fins de apuração da base de cálculo da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM, de que trata o art. 6º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.”
Art. 20. Em circunstâncias especiais, o Ministro de Estado da Fazenda poderá alterar os percentuais de que tratam os arts. 18 e 19, <i>caput</i> , e incisos II, III e IV de seu § 3º.		
	Art. 41. A Lei nº 9.430, de 1996, passa a vigorar acrescida dos arts. 20-A e 20-B:	Art. 51. A Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 20-A e 20-B:
	“Art. 20-A. A partir do ano-calendário de 2012, a opção por um dos métodos previstos nos arts. 18 e 19 será efetuada para o ano-calendário e não poderá ser alterada pelo contribuinte uma vez iniciado o procedimento fiscal, salvo quando, em seu curso, o método ou algum de seus critérios de cálculo venha a ser desqualificado pela fiscalização, situação esta em que deverá ser intimado o sujeito passivo para, no prazo de trinta dias, apresentar novo cálculo de acordo com qualquer outro método previsto na legislação.	“Art. 20-A. A partir do ano-calendário de 2012, a opção por um dos métodos previstos nos arts. 18 e 19 será efetuada para o ano-calendário e não poderá ser alterada pelo contribuinte uma vez iniciado o procedimento fiscal, salvo quando, em seu curso, o método ou algum de seus critérios de cálculo venha a ser desqualificado pela fiscalização, situação esta em que deverá ser intimado o sujeito passivo para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar novo cálculo de acordo com qualquer outro método previsto na legislação.
	§ 1º A fiscalização deverá motivar o ato caso desqualifique o método eleito pela pessoa jurídica.	§ 1º A fiscalização deverá motivar o ato caso desqualifique o método eleito pela pessoa jurídica.
	§ 2º A autoridade fiscal responsável pela verificação poderá determinar o preço parâmetro, com base nos	§ 2º A autoridade fiscal responsável pela verificação poderá determinar o preço parâmetro, com base nos

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	documentos de que dispuser, e aplicar um dos métodos previstos nos arts. 18 e 19, quando o sujeito passivo, após decorrido o prazo de que trata o caput:	documentos de que dispuser, e aplicar um dos métodos previstos nos arts. 18 e 19, quando o sujeito passivo, após decorrido o prazo de que trata o caput:
	I - não apresentar os documentos que deem suporte à determinação do preço praticado nem às respectivas memórias de cálculo para apuração do preço parâmetro, segundo o método escolhido;	I – não apresentar os documentos que deem suporte à determinação do preço praticado nem às respectivas memórias de cálculo para apuração do preço parâmetro, segundo o método escolhido;
	II - apresentar documentos imprestáveis ou insuficientes para demonstrar a correção do cálculo do preço parâmetro pelo método escolhido; ou	II – apresentar documentos imprestáveis ou insuficientes para demonstrar a correção do cálculo do preço parâmetro pelo método escolhido; ou
	III - deixar de oferecer quaisquer elementos úteis à verificação dos cálculos para apuração do preço parâmetro, pelo método escolhido, quando solicitados pela autoridade fiscal.	III – deixar de oferecer quaisquer elementos úteis à verificação dos cálculos para apuração do preço parâmetro, pelo método escolhido, quando solicitados pela autoridade fiscal.
	§ 3º A Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda definirá o prazo e a forma de opção de que trata o caput.” (NR)	§ 3º A Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda definirá o prazo e a forma de opção de que trata o caput.”
	“Art. 20-B. A utilização do método de cálculo de preço parâmetro, de que tratam os arts. 18 e 19, deve ser consistente por bem, serviço ou direito, para todo o ano-calendário.” (NR)	“Art. 20-B. A utilização do método de cálculo de preço parâmetro, de que tratam os arts. 18 e 19, deve ser consistente por bem, serviço ou direito, para todo o ano-calendário.”
Apuração dos Preços Médios Art. 21. Os custos e preços médios a que se referem os arts. 18 e 19 deverão ser apurados com base em:		
	Art. 42. A pessoa jurídica poderá optar pela aplicação das disposições contidas nos arts. 38 e 40 desta Medida Provisória para fins de aplicação das regras de preços de transferência para o ano-calendário de 2012.	Art. 52. A pessoa jurídica poderá optar pela aplicação das disposições contidas nos arts. 48 e 50 desta Lei para fins de aplicação das regras de preços de transferência para o ano-calendário de 2012.

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	§ 1º A opção será irretratável e acarretará a observância de todas as alterações trazidas pelos arts. 38 e 40 desta Medida Provisória.	§ 1º A opção será irretratável e acarretará a observância de todas as alterações trazidas pelos arts. 48 e 50 desta Lei.
	§ 2º A Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda definirá a forma, o prazo e as condições de opção de que trata o caput.	§ 2º A Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda definirá a forma, o prazo e as condições de opção de que trata o caput.
Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004	Art. 43. O art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:	Art. 53. Os arts. 8º e 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passam a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 8º As contribuições serão calculadas mediante aplicação, sobre a base de cálculo de que trata o art. 7º desta Lei, das alíquotas de:	“Art. 8º”	“Art. 8º”
§ 15. Na importação de etano, propano e butano, destinados à produção de eteno e propeno, e de nafta petroquímica, quando efetuada por centrais petroquímicas, as alíquotas são de:		§ 15. Na importação de etano, propano e butano, destinados à produção de eteno e propeno, de nafta petroquímica e de condensado destinado a centrais petroquímicas, quando efetuada por centrais petroquímicas, as alíquotas são de:
§ 21. A alíquota de que trata o inciso II do caput fica acrescida de 1,5 (um inteiro e cinco décimos) pontos percentuais, na hipótese da importação dos bens classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006:	§ 21. A alíquota de que trata o inciso II do caput é acrescida de um ponto percentual, na hipótese de importação dos bens classificados na TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, relacionados no Anexo à Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011.” (NR) (O art. 53 da MPV revoga os incisos I a VI do § 21.)	§ 21. A alíquota de que trata o inciso II do caput é acrescida de um ponto percentual, na hipótese de importação dos bens classificados na Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, relacionados no Anexo da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011. (O art. 77 do PLV revoga os incisos I a VI do § 21.)
§ 22. A utilização do benefício de alíquota zero de que tratam os incisos XIX a XXXVIII do § 12 deste artigo cessará quando houver oferta de mercadorias	

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
produzidas no Brasil em condições similares às das importadas quanto ao padrão de qualidade, conteúdo técnico, preço ou capacidade produtiva, conforme regulamentação editada pelo Poder Executivo.		
		§ 23. Aplica-se ao condensado destinado a centrais petroquímicas o disposto nos arts. 56 e 57 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.
		§ 24. O disposto no § 21 não se aplica na hipótese de os bens nele referidos serem importados por fabricantes de automóveis, comerciais leves (camionetas, picapes, utilitários, vans e furgões), caminhões e chassis com motor para caminhões, chassis com motor para ônibus, caminhões-tratores, tratores agrícolas e colheitadeiras agrícolas autopropelidas.” (NR)
Art. 28. Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, de: XXXV - neuroestimuladores para tremor essencial/Parkinson, classificados no código 9021.90.19, e seus acessórios, classificados nos códigos 9018.90.99, 9021.90.91 e 9021.90.99, todos da Tipi.		“Art. 28.”
		XXXVI – os produtos alimentares que compõem a Cesta Básica Nacional.
Parágrafo único. O Poder Executivo poderá regulamentar o disposto nos incisos IV, X e XIII a XXXV do caput.	” (NR)

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
Lei nº 11.774, de 17 de setembro de 2008	Art. 44. O art. 14 da Lei nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:	Art. 54. O art. 14 da Lei nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 14. As alíquotas de que tratam os incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, em relação às empresas que prestam serviços de tecnologia da informação - TI e de tecnologia da informação e comunicação - TIC, ficam reduzidas pela subtração de 1/10 (um décimo) do percentual correspondente à razão entre a receita bruta de venda de serviços para o mercado externo e a receita bruta total de vendas de bens e serviços, após a exclusão dos impostos e contribuições incidentes sobre a venda, observado o disposto neste artigo.	“Art. 14.	“Art. 14.
§ 5º O disposto neste artigo aplica-se também para empresas que prestam serviços de call center.	§ 5º O disposto neste artigo aplica-se também a empresas que prestam serviços de call center e que exercem atividades de concepção, desenvolvimento ou projeto de circuitos integrados.” (NR)	§ 5º O disposto neste artigo aplica-se também a empresas que prestam serviços de call center e aquelas que exercem atividades de concepção, desenvolvimento ou projeto de circuitos integrados.” (NR)
Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011	Art. 45. Os arts. 7º a 10 da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:	Art. 55. A Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 7º Até 31 de dezembro de 2014, a contribuição devida pelas empresas que prestam exclusivamente os serviços de Tecnologia da Informação (TI) e de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), referidos no § 4º do art. 14 da Lei nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, incidirá sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do art. 22 da	“Art. 7º Até 31 de dezembro de 2014, contribuirão sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, à alíquota de dois por cento, as empresas que prestam os serviços referidos nos §§ 4º e 5º do art. 14 da Lei nº 11.774, de 2008, e as empresas do setor hoteleiro enquadradas na subclasse 5510-8/01 da	“Art. 7º Até 31 de dezembro de 2014, contribuirão sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, à alíquota de 2% (dois por cento): I – as empresas que prestam os serviços referidos nos §§ 4º e 5º do art. 14 da Lei nº 11.774, de 17 de setembro de 2008;

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, à alíquota de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) .	Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0).	II – as empresas do setor hoteleiro enquadradas na subclasse 5510-8/01 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas CNAE 2.0;
		III – as empresas de transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal, intermunicipal em região metropolitana, intermunicipal, interestadual e internacional enquadradas nas classes 4921-3 e 4922-1 da CNAE 2.0.
.....” (NR)
§ 2º O disposto neste artigo não se aplica a empresas que exerçam exclusivamente as atividades de representante, distribuidor ou revendedor de programas de computador.		§ 2º O disposto neste artigo não se aplica a empresas que exerçam as atividades de representante, distribuidor ou revendedor de programas de computador, cuja receita bruta decorrente dessas atividades seja igual ou superior a 95% (noventa e cinco por cento) da receita bruta total.
.....	
§ 5º (VETADO).		(O art. 77 do PLV revoga os §§ 3º e 4º.)
		§ 6º No caso de contratação de empresas para a execução dos serviços referidos no caput, mediante cessão de mão-de-obra, na forma definida pelo art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a empresa contratante deverá reter 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços.” (NR)
Art. 8º Até 31 de dezembro de 2014, contribuirão sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, à alíquota de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) , em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991, as	“Art. 8º Até 31 de dezembro de 2014, contribuirão sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, à alíquota de um por cento, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991, as empresas que fabricam os	“Art. 8º Até 31 de dezembro de 2014, contribuirão sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, à alíquota de 1% (um por cento), em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, as empresas que

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
empresas que fabriquem os produtos classificados na Tipi, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 2006 ;	produtos classificados na TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, nos códigos referidos no Anexo a esta Lei. ” (NR)	fabricam os produtos classificados na Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, nos códigos referidos no Anexo desta Lei.
I – nos códigos 3926.20.00, 40.15, 42.03, 43.03, 4818.50.00, 63.01 a 63.05, 6812.91.00, 9404.90.00 e nos capítulos 61 e 62;	(O art. 53 da MPV revoga os incisos I a V.)	I – (revogado);
II – nos códigos 4202.11.00, 4202.21.00, 4202.31.00, 4202.91.00, 4205.00.00, 6309.00, 64.01 a 64.06;		II – (revogado);
III – nos códigos 41.04, 41.05, 41.06, 41.07 e 41.14;		III – (revogado);
IV – nos códigos 8308.10.00, 8308.20.00, 96.06.10.00, 9606.21.00 e 9606.22.00; e		IV – (revogado);
V – no código 9506.62.00.		V – (revogado).
Parágrafo único. No caso de empresas que se dediquem a outras atividades, além das previstas no caput, o cálculo da contribuição obedecerá:	(O art. 53 da MPV revoga o parágrafo único.)	§ 1º O disposto no caput:
I – ao disposto no caput quanto à parcela da receita bruta correspondente aos produtos relacionados nos seus incisos I a V; e		I – aplica-se apenas em relação aos produtos industrializados pela empresa;
II – ao disposto nos incisos I e III do art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991, reduzindo-se o valor da contribuição a recolher ao percentual resultante da razão entre a receita bruta de atividades não relacionadas à fabricação dos produtos arrolados nos incisos I a V do caput e a receita bruta total.		II – não se aplica:
		a) a empresas que se dediquem a outras atividades, além das previstas no caput, cuja receita bruta decorrente dessas outras atividades seja igual ou superior a 95% (noventa e cinco por cento) da receita bruta total; e
		b) aos fabricantes de automóveis, comerciais leves

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
		(camionetas, picapes, utilitários, vans e furgões), caminhões e chassis com motor para caminhões, chassis com motor para ônibus, caminhões-tratores, tratores agrícolas e colheitadeiras agrícolas autopropelidas.
		§ 2º Para efeito do inciso I do § 1º, devem ser considerados os conceitos de industrialização e de industrialização por encomenda previstos na legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.
		§ 3º O disposto no caput também se aplica às empresas:
		I – de manutenção e reparação de aeronaves, motores, componentes e equipamentos correlatos;
		II – de transporte aéreo de carga;
		III – de transporte aéreo de passageiros regular;
		IV – de transporte marítimo de carga na navegação de cabotagem;
		V – de transporte marítimo de passageiros na navegação de cabotagem;
		VI – de transporte marítimo de carga na navegação de longo curso;
		VII – de transporte marítimo de passageiros na navegação de longo curso;
		VIII – de transporte por navegação interior de carga;
		IX – de transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares; e
		X – de navegação de apoio marítimo e de apoio portuário.

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
		§ 4º A partir de 1º de janeiro de 2013, ficam incluídos no Anexo referido no caput os produtos classificados nos seguintes códigos da Tipi:
		I – 9503.00.10, 9503.00.21, 9503.00.22, 9503.00.29, 9503.00.31, 9503.00.39, 9503.00.40, 9503.00.50, 9503.00.60, 9503.00.70, 9503.00.80, 9503.00.91, 9503.00.97, 9503.00.98, 9503.00.99;
		II - 01.05, 02.07, 02.10.99."(NR)
Art. 9º Para fins do disposto nos arts. 7º e 8º desta Lei: V – com relação às contribuições de que tratam os arts. 7º e 8º, as empresas continuam sujeitas ao cumprimento das demais obrigações previstas na legislação previdenciária.	“Art. 9º	“Art. 9º
		VI - a receita bruta compreende o valor percebido na venda de bens e serviços nas operações de conta própria ou alheia, bem como o ingresso de qualquer outra natureza auferido pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou de sua classificação contábil, sendo também irrelevante o tipo de atividade exercida pela pessoa jurídica.
	§ 1º No caso de empresas que se dedicam a outras atividades, além das previstas nos arts. 7º e 8º, até 31 de dezembro de 2014, o cálculo da contribuição obedecerá:	§ 1º No caso de empresas que se dedicam a outras atividades, além das previstas nos arts. 7º e 8º, até 31 de dezembro de 2014, o cálculo da contribuição obedecerá:
	I – ao disposto no caput desses artigos quanto à parcela da receita bruta correspondente às atividades neles referidas; e	I – ao disposto no caput desses artigos quanto à parcela da receita bruta correspondente às atividades neles referidas; e
	II – ao disposto no art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991,	II – ao disposto no art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	reduzindo-se o valor da contribuição a recolher ao percentual resultante da razão entre a receita bruta de atividades não relacionadas aos serviços de que trata o caput e a receita bruta total.	julho de 1991, reduzindo-se o valor da contribuição a recolher ao percentual resultante da razão entre a receita bruta de atividades não relacionadas aos serviços de que trata o caput do art. 7º, ou à fabricação dos produtos de que trata o caput do art. 8º, e a receita bruta total, apuradas no mês.
	§ 2º A compensação de que trata o inciso IV do caput será feita na forma regulamentada em ato conjunto da Secretaria da Receita Federal do Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.	§ 2º A compensação de que trata o inciso IV do caput será feita na forma regulamentada em ato conjunto da Secretaria da Receita Federal do Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e Ministério da Previdência Social, mediante transferências do Orçamento Fiscal.
	§ 3º Relativamente aos períodos em que a empresa não contribuir nas formas instituídas pelos arts. 7º e 8º desta Lei, as contribuições previstas no art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991, incidirão sobre o décimo terceiro salário.” (NR)	§ 3º Relativamente aos períodos anteriores à tributação da empresa nas formas instituídas pelos arts. 7º e 8º desta Lei, mantém-se a incidência das contribuições previstas no art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, aplicada de forma proporcional sobre o 13º (décimo terceiro) salário.
		§ 4º Para fins de cálculo da razão a que se refere o inciso II do § 1º, aplicada ao 13º (décimo terceiro) salário, será considerada a receita bruta acumulada nos 12 (doze) meses anteriores ao mês de dezembro de cada ano-calendário.
		§ 5º O disposto no § 1º aplica-se às empresas que se dediquem a outras atividades, além das previstas nos arts. 7º e 8º, somente se a receita bruta decorrente de outras atividades for superior a 5% (cinco por cento) da receita bruta total.
		§ 6º Não ultrapassado o limite previsto no § 5º, a contribuição a que se refere o caput dos arts. 7º e 8º

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
		será calculada sobre a receita bruta total auferida no mês.
		§ 7º Para efeito da determinação da base de cálculo, podem ser excluídos da receita bruta:
		I – as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos;
		II – as reversões de provisões e as recuperações de créditos baixados como perda que não representem ingresso de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição que tenham sido computados como receita;
		III – o Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, se incluído na receita bruta; e
		IV – o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, quando cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário.
		§ 8º Para os efeitos do disposto no § 1º, a receita bruta decorrente das atividades de representante, distribuidor ou revendedor de programas de computador será computada dentre as receitas com outras atividades, além das previstas nos arts. 7º e 8º.” (NR)
Art. 10. Ato do Poder Executivo instituirá comissão tripartite com a finalidade de acompanhar e avaliar a implementação das medidas de que tratam os arts. 7º a 9º, formada por representantes dos trabalhadores e	“Art. 10.	“Art. 10.

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
empresários dos setores econômicos neles indicados, bem como do Poder Executivo federal.		
	Parágrafo único. Os setores econômicos referidos nos arts. 7º e 8º serão representados na comissão tripartite de que trata o caput.” (NR)	Parágrafo único. Os setores econômicos referidos nos arts. 7º e 8º serão representados na comissão tripartite de que trata o caput.” (NR)
Art. 47. A pessoa jurídica sujeita ao regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) poderá descontar dessas contribuições, devidas em cada período de apuração, crédito presumido calculado sobre o valor das matérias-primas adquiridas de pessoa física ou recebida de cooperado pessoa física e utilizados como insumo na produção de biodiesel.		“Art. 47.
§ 1º O disposto no caput deste artigo aplica-se também às aquisições de pessoa jurídica que exercer atividade agropecuária ou cooperativa de produção agropecuária.		§ 1º O disposto no caput deste artigo aplica-se também às aquisições de matérias-primas de origem vegetal, de pessoa jurídica que exerça atividade agropecuária, de cooperativa de produção agropecuária ou de cerealista que exerça cumulativamente as atividades de limpar, padronizar, armazenar e comercializar a matéria-prima destinada à produção de biodiesel.” (NR)
		“Art. 47-A. Fica suspensa a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins sobre as receitas decorrentes da venda de matéria-prima in natura de origem vegetal, destinada à produção de biodiesel, quando efetuada por pessoa jurídica ou cooperativa referida no § 1º do art. 47 desta Lei.”
Art. 48. É alterado o texto da coluna “FATOS GERADORES” do item 9.1 do Anexo II da Lei		

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que passa a vigorar com a seguinte redação: “Registro, revalidação ou renovação de registro de fumígenos, com exceção dos produtos destinados exclusivamente à exportação”.		
	Art. 46. A Lei nº 12.546, de 2011, passa a vigorar acrescida do Anexo a esta Medida Provisória.	Art. 56. A Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, passa a vigorar acrescida do Anexo desta Lei.
Lei nº 11.727, de 23 de junho de 2008	Art. 47. O art. 18 da Lei nº 11.727, de 23 de junho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:	
Art. 18. Ficam prorrogados até 30 de abril de 2012, os prazos previstos nos incisos III e IV do § 12 do art. 8º e nos incisos I e II do caput do art. 28, ambos da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004	“Art. 18. Ficam prorrogados até 30 de abril de 2016, os prazos previstos nos incisos III e IV do § 12 do art. 8º e nos incisos I e II do caput do art. 28, da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004.” (NR)	
Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007	Art. 48. A Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:	Art. 57. A Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 2º É beneficiária do Padis a pessoa jurídica que realize investimento em pesquisa e desenvolvimento – P&D na forma do art. 6º desta Lei e que exerça isoladamente ou em conjunto, em relação a dispositivos:	“Art. 2º É beneficiária do PADIS a pessoa jurídica que realize investimento em pesquisa e desenvolvimento - P&D na forma do art. 6º e que exerça isoladamente ou em conjunto, em relação a:	“Art. 2º É beneficiária do Padis a pessoa jurídica que realize investimento em Pesquisa e Desenvolvimento - P&D na forma do art. 6º e que exerça isoladamente ou em conjunto, em relação a:
I – eletrônicos semicondutores classificados nas posições 85.41 e 85.42 da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM, as atividades de:	I – dispositivos eletrônicos semicondutores classificados nas posições 85.41 e 85.42 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, as atividades de:	I – dispositivos eletrônicos semicondutores classificados nas posições 85.41 e 85.42 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, as atividades de:
c) encapsulamento e teste;	c) corte, encapsulamento e teste;	c) corte, encapsulamento e teste;
II – mostradores de informação (displays) de que trata o § 2º deste artigo, as atividades de: c) montagem final do mostrador e testes elétricos e ópticos.	II –

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	III – insumos e equipamentos dedicados e destinados à fabricação dos produtos descritos nos incisos I e II do caput, relacionados em ato do Poder Executivo e fabricados conforme Processo Produtivo Básico estabelecido pelos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência, Tecnologia e Inovação.	III - insumos e equipamentos dedicados e destinados à fabricação dos produtos descritos nos incisos I e II do caput, relacionados em ato do Poder Executivo e fabricados conforme Processo Produtivo Básico estabelecido pelos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência, Tecnologia e Inovação.
.....
§ 4º O investimento em pesquisa e desenvolvimento referido no caput deste artigo e o exercício das atividades de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo devem ser efetuados de acordo com projetos aprovados na forma do art. 5º desta Lei.	§ 4º O investimento em pesquisa e desenvolvimento referido no caput e o exercício das atividades de que tratam os incisos I a III do caput devem ser efetuados de acordo com projetos aprovados na forma do art. 5º.	§ 4º O investimento em pesquisa e desenvolvimento referido no caput e o exercício das atividades de que tratam os incisos I a III do caput devem ser efetuados de acordo com projetos aprovados na forma do art. 5º.
§ 5º O disposto no inciso I do caput alcança os dispositivos eletrônicos semicondutores, montados e encapsulados diretamente sob placa de circuito impresso (chip on board), classificada nos códigos 8534.00.00 ou 8523.51 da Tabela de Incidência dos Impostos sobre Produtos Industrializados - TIPI.	§ 5º O disposto no inciso I do caput alcança os dispositivos eletrônicos semicondutores, montados e encapsulados diretamente sob placa de circuito impresso - chip on board, classificada no código 8523.51 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI.” (NR)	§ 5º O disposto no inciso I do caput alcança os dispositivos eletrônicos semicondutores, montados e encapsulados diretamente sob placa de circuito impresso - chip on board, classificada no código 8523.51 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI.” (NR)
Art. 5º Os projetos referidos no § 4º do art. 2º desta Lei devem ser aprovados em ato conjunto do Ministério da Fazenda, do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, nos termos e condições estabelecidos pelo Poder Executivo.	“Art. 5º Os projetos referidos no § 4º do art. 2º devem ser aprovados em ato conjunto dos Ministros de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, nos termos e condições estabelecidos pelo Poder Executivo.” (NR)	“Art. 5º Os projetos referidos no § 4º do art. 2º devem ser aprovados em ato conjunto dos Ministros de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, nos termos e condições estabelecidos pelo Poder Executivo.” (NR)
Art. 6º A pessoa jurídica beneficiária do Padis referida no caput do art. 2º desta Lei deverá investir, anualmente, em atividades de pesquisa e desenvolvimento a serem realizadas no País, no mínimo, 5% (cinco por cento) do seu faturamento	“Art. 6º”	“Art. 6º”

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
bruto no mercado interno, deduzidos os impostos incidentes na comercialização dos dispositivos de que tratam os incisos I e II do caput do art. 2º desta Lei e o valor das aquisições de produtos incentivados nos termos deste Capítulo. § 3º A propriedade intelectual resultante da pesquisa e desenvolvimento realizados mediante os projetos aprovados nos termos deste Capítulo deve ter a proteção requerida no território nacional ao órgão competente, conforme o caso, pela pessoa jurídica brasileira beneficiária do Padis.		
	§ 4º O Poder Executivo fixará condições e prazo para alteração do percentual previsto no caput, não inferior a dois por cento.” (NR)	§ 4º O Poder Executivo fixará condições e prazo para alteração do percentual previsto no caput, não inferior a 2% (dois por cento).” (NR)
Art. 65. As disposições do § 3º do art. 3º e do inciso III do caput do art. 4º desta Lei vigorarão por: II – 12 (doze) anos, contados da data de aprovação do projeto, no caso dos projetos que alcancem somente as atividades referidas nas alíneas: a) c do inciso I do caput do art. 2º desta Lei; ou b) c do inciso II do caput do art. 2º desta Lei.	“Art.65.	“Art.65.
	III – quatorze anos, contados da data de aprovação do projeto, no caso dos projetos que cumpram o Processo Produtivo Básico referido no inciso III do caput do art. 2º.” (NR)	III – 14 (quatorze) anos, contados da data de aprovação do projeto, no caso dos projetos que cumpram o Processo Produtivo Básico referido no inciso III do caput do art. 2º.” (NR)
	Art. 49. A etapa de corte prevista na alínea “c” do inciso I do caput do art. 2º da Lei nº 11.484, de 2007, será obrigatória a partir de doze meses após a regulamentação desta Medida Provisória.	Art. 58. A etapa de corte prevista na alínea “c” do inciso I do caput do art. 2º da Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, será obrigatória a partir de 12 (doze) meses após a regulamentação desta Lei.

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002	Art. 50. O art. 29 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte alteração:	Art. 59. Os arts. 8º e 29 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, passam a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 8º Permanecem sujeitas às normas da legislação da contribuição para o PIS/Pasep, vigentes anteriormente a esta Lei, não se lhes aplicando as disposições dos arts. 1ª a 6ª: XI - as receitas decorrentes de prestação de serviços das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens.		“Art. 8º
		XII – as receitas decorrentes de operações de comercialização de pedra britada, de areia para construção civil e de areia de brita” (NR)
Art. 29. As matérias-primas, os produtos intermediários e os materiais de embalagem, destinados a estabelecimento que se dedique, preponderantemente, à elaboração de produtos classificados nos Capítulos 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23 (exceto códigos 2309.10.00 e 2309.90.30 e Ex-01 no código 2309.90.90), 28, 29, 30, 31 e 64, no código 2209.00.00 e 2501.00.00, e nas posições 21.01 a 21.05.00, da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, inclusive aqueles a que corresponde a notação NT (não tributados), sairão do estabelecimento industrial com suspensão do referido imposto.	“Art. 29.	“Art. 29.
§ 3º Para fins do disposto no inciso II do § 1º deste artigo , considera-se pessoa jurídica preponderantemente exportadora aquela cuja receita	§ 3º Para fins do disposto no inciso II do § 1º, considera-se pessoa jurídica preponderantemente exportadora aquela cuja receita bruta decorrente de	§ 3º Para fins do disposto no inciso II do § 1º, considera-se pessoa jurídica preponderantemente exportadora aquela cuja receita bruta decorrente de

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
bruta decorrente de exportação para o exterior, no ano-calendário imediatamente anterior ao da aquisição, houver sido superior a 70% (setenta por cento) de sua receita bruta total de venda de bens e serviços no mesmo período, após excluídos os impostos e contribuições incidentes sobre a venda.	exportação para o exterior, no ano-calendário imediatamente anterior ao da aquisição, tenha sido superior a cinquenta por cento de sua receita bruta total de venda de bens e serviços no mesmo período, após excluídos os impostos e contribuições incidentes sobre a venda.” (NR)	exportação para o exterior, no ano-calendário imediatamente anterior ao da aquisição, tenha sido superior a 50% (cinquenta por cento) de sua receita bruta total de venda de bens e serviços no mesmo período, após excluídos os impostos e contribuições incidentes sobre a venda.” (NR)
Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004	Art. 51. O art. 40 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passa a vigorar com a seguinte alteração:	Art. 60. O art. 40 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passa a vigorar com a seguinte alteração:
Art. 40. A incidência da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS ficará suspensa no caso de venda de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem destinados a pessoa jurídica preponderantemente exportadora.	“Art. 40.	“Art. 40.
§ 1º Para fins do disposto no caput deste artigo , considera-se pessoa jurídica preponderantemente exportadora aquela cuja receita bruta decorrente de exportação para o exterior, no ano-calendário imediatamente anterior ao da aquisição, houver sido igual ou superior a 70% (setenta por cento) de sua receita bruta total de venda de bens e serviços no mesmo período, após excluídos os impostos e contribuições incidentes sobre a venda.	§ 1º Para fins do disposto no caput, considera-se pessoa jurídica preponderantemente exportadora aquela cuja receita bruta decorrente de exportação para o exterior, no ano-calendário imediatamente anterior ao da aquisição, houver sido igual ou superior a cinquenta por cento de sua receita bruta total de venda de bens e serviços no mesmo período, após excluídos os impostos e contribuições incidentes sobre a venda.” (NR)	§ 1º Para fins do disposto no caput, considera-se pessoa jurídica preponderantemente exportadora aquela cuja receita bruta decorrente de exportação para o exterior, no ano-calendário imediatamente anterior ao da aquisição, houver sido igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) de sua receita bruta total de venda de bens e serviços no mesmo período, após excluídos os impostos e contribuições incidentes sobre a venda.” (NR)
Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005	Art. 52 Os arts. 2º e 13 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, passam a vigorar com as seguintes alterações:	Art. 61 Os arts. 2º e 13 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, passam a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 2º É beneficiária do Repes a pessoa jurídica que exerça preponderantemente as atividades de desenvolvimento de software ou de prestação de serviços de tecnologia da informação, e que, por	“Art. 2º É beneficiária do Repes a pessoa jurídica que exerça preponderantemente as atividades de desenvolvimento de software ou de prestação de serviços de tecnologia da informação, e que, por	“Art. 2º É beneficiária do Repes a pessoa jurídica que exerça preponderantemente as atividades de desenvolvimento de software ou de prestação de serviços de tecnologia da informação, e que, por

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
ocasião da sua opção pelo Repes, assuma compromisso de exportação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de sua receita bruta anual decorrente da venda dos bens e serviços de que trata este artigo.	ocasião da sua opção pelo Repes, assuma compromisso de exportação igual ou superior a cinquenta por cento de sua receita bruta anual decorrente da venda dos bens e serviços de que trata este artigo.” (NR)	ocasião da sua opção pelo Repes, assuma compromisso de exportação igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) de sua receita bruta anual decorrente da venda dos bens e serviços de que trata este artigo.” (NR)
Art. 13. É beneficiária do Recap a pessoa jurídica preponderantemente exportadora, assim considerada aquela cuja receita bruta decorrente de exportação para o exterior, no ano-calendário imediatamente anterior à adesão ao Recap, houver sido igual ou superior a 70% (setenta por cento) de sua receita bruta total de venda de bens e serviços no período e que assuma compromisso de manter esse percentual de exportação durante o período de 2 (dois) anos-calendário.	“Art. 13. É beneficiária do Recap a pessoa jurídica preponderantemente exportadora, assim considerada aquela cuja receita bruta decorrente de exportação para o exterior, no ano-calendário imediatamente anterior à adesão ao Recap, houver sido igual ou superior a cinquenta por cento de sua receita bruta total de venda de bens e serviços no período e que assuma compromisso de manter esse percentual de exportação durante o período de dois anos-calendário.	“Art. 13. É beneficiária do Recap a pessoa jurídica preponderantemente exportadora, assim considerada aquela cuja receita bruta decorrente de exportação para o exterior, no ano-calendário imediatamente anterior à adesão ao Recap, houver sido igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) de sua receita bruta total de venda de bens e serviços no período e que assuma compromisso de manter esse percentual de exportação durante o período de 2 (dois) anos-calendário.
§ 2º A pessoa jurídica em início de atividade ou que não tenha atingido no ano anterior o percentual de receita de exportação exigido no caput deste artigo poderá se habilitar ao Recap desde que assuma compromisso de auferir, no período de 3 (três) anos-calendário, receita bruta decorrente de exportação para o exterior de, no mínimo, 70% (setenta por cento) de sua receita bruta total de venda de bens e serviços.	§ 2º A pessoa jurídica em início de atividade ou que não tenha atingido no ano anterior o percentual de receita de exportação exigido no caput deste artigo poderá se habilitar ao RECAP desde que assuma compromisso de auferir, no período de três anos-calendário, receita bruta decorrente de exportação para o exterior de, no mínimo, cinquenta por cento de sua receita bruta total de venda de bens e serviços.” (NR)	§ 2º A pessoa jurídica em início de atividade ou que não tenha atingido no ano anterior o percentual de receita de exportação exigido no caput deste artigo poderá habilitar- se ao Recap desde que assuma compromisso de auferir, no período de 3 (três) anos-calendário, receita bruta decorrente de exportação para o exterior de, no mínimo, 50% (cinquenta) por cento de sua receita bruta total de venda de bens e serviços.” (NR)
Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005		Art. 62. O art. 28 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 28. Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita bruta de venda a varejo:		“Art. 28.

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
I - de unidades de processamento digital classificadas no código 8471.50.10 da Tabela de Incidência do IPI - TIPI;		I - de unidades de processamento digital classificadas no código 8471.50.10 da Tabela de Incidência do IPI - TIPI, produzidas no País conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo;
II - de máquinas automáticas para processamento de dados, digitais, portáteis, de peso inferior a 3,5Kg (três quilos e meio), com tela (écran) de área superior a 140cm ² (cento e quarenta centímetros quadrados), classificadas nos códigos 8471.30.12, 8471.30.19 ou 8471.30.90 da Tipi;		II - de máquinas automáticas para processamento de dados, digitais, portáteis, de peso inferior a 3,5Kg (três quilos e meio), com tela (écran) de área superior a 140cm ² (cento e quarenta centímetros quadrados), classificadas nos códigos 8471.30.12, 8471.30.19 ou 8471.30.90 da Tipi, produzidas no País conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo;
III - de máquinas automáticas de processamento de dados, apresentadas sob a forma de sistemas, do código 8471.49 da Tipi, contendo exclusivamente 1 (uma) unidade de processamento digital, 1 (uma) unidade de saída por vídeo (monitor), 1 (um) teclado (unidade de entrada), 1 (um) mouse (unidade de entrada), classificados, respectivamente, nos códigos 8471.50.10, 8471.60.7, 8471.60.52 e 8471.60.53 da Tipi;		III - de máquinas automáticas de processamento de dados, apresentadas sob a forma de sistemas, do código 8471.49 da Tipi, contendo exclusivamente 1 (uma) unidade de processamento digital, 1 (uma) unidade de saída por vídeo (monitor), 1 (um) teclado (unidade de entrada), 1 (um) mouse (unidade de entrada), classificados, respectivamente, nos códigos 8471.50.10, 8471.60.7, 8471.60.52 e 8471.60.53 da Tipi produzidas no País conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo;
VI - máquinas automáticas de processamento de dados, portáteis, sem teclado, que tenham uma unidade central de processamento com entrada e saída de dados por meio de uma tela sensível ao toque de área superior a 140 cm ² (cento e quarenta centímetros quadrados) e inferior a 600 cm ² (seiscentos centímetros quadrados) e que não possuam função de comando remoto (tablet PC) classificadas na		

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
subposição 8471.41 da Tipi, produzidas no País conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo.		
		VII – telefones portáteis de redes celulares que possibilitem o acesso à internet em alta velocidade do tipo smartphone classificados na posição 8517.12.31 da Tipi, produzidos no País conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo;
		VIII – equipamentos terminais de clientes (roteadores digitais) classificados nas posições 8517.62.41 e 8517.62.77 da Tipi, desenvolvidos no País conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo.
§ 1º Os produtos de que trata este artigo atenderão aos termos e condições estabelecidos em regulamento, inclusive quanto ao valor e especificações técnicas.
§ 4º Nas notas fiscais emitidas pelo produtor, pelo atacadista e pelo varejista relativas à venda dos produtos de que trata o inciso VI do caput , deverá constar a expressão “Produto fabricado conforme processo produtivo básico”, com a especificação do ato que aprova o processo produtivo básico respectivo.		§ 4º Nas notas fiscais emitidas pelo produtor, pelo atacadista e pelo varejista relativas à venda dos produtos de que tratam os incisos I, II, III e VI do caput, deverá constar a expressão “Produto fabricado conforme processo produtivo básico”, com a especificação do ato que aprova o processo produtivo básico respectivo.
		§ 5º As aquisições de máquinas automáticas de processamento de dados, nos termos do inciso III do caput, realizadas por órgãos e entidades da administração pública federal, estadual ou municipal e do Distrito Federal, direta ou indireta, às fundações instituídas e mantidas pelo poder público e às demais organizações sob o controle direto ou indireto da

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
		União, dos Estados e dos Municípios ou do Distrito Federal, poderão estar acompanhadas de mais de uma unidade de saída por vídeo (monitor), mais de um teclado (unidade de entrada), e mais de um mouse (unidade de entrada).
		§ 6º O disposto no § 5º será regulamentado pelo Poder Executivo, inclusive no que se refere à quantidade de vídeos, teclados e mouses que poderão ser adquiridos com benefício.” (NR)
		Art. 63. Fica suspensa a incidência tributária sobre o fornecimento de bens, serviços e materiais às empresas nacionais de engenharia, para execução de serviços de engenharia no exterior, ainda que estes serviços venham a ser realizados por intermédio de suas sucursais, filiais, coligadas ou controladas domiciliadas no exterior.
		§1º A suspensão de que trata o caput aplica-se às seguintes operações:
		I – venda no mercado interno e importação de máquinas, equipamentos, veículos, aparelhos e instrumentos, bem como partes, peças, acessórios e componentes;
		II – arrendamento e locação no mercado interno de máquinas, equipamentos, veículos, aparelhos e instrumentos, bem como partes, peças, acessórios e componentes;
		III – venda no mercado interno e importação de materiais de construção civil;
		IV – contratação de serviços do exterior ou de pessoa jurídica domiciliada no País.

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
		§ 2º A suspensão de que trata o caput aplica-se ao IPI, à Contribuição para o PIS/Pasep, à Cofins, ao Imposto de Importação, à Contribuição para o PIS/Pasep incidente sobre a importação, à Cofins incidente sobre a importação e ao Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM.
		§ 3º Na hipótese de não utilização dos bens e serviços de que trata o § 1º na execução dos serviços de que trata o caput, a empresa de engenharia fica obrigada a recolher os tributos não pagos em decorrência da suspensão de que trata este artigo, acrescidos de juros e multa de mora, na forma da lei, contados a partir da data de aquisição ou do registro da Declaração de Importação - DI.
		§ 4º No caso do Imposto de Importação, o disposto neste artigo aplica-se somente a bens sem similar nacional.
		§ 5º Para efeito do disposto nos incisos I e III do § 1º, equipara-se ao importador a pessoa jurídica adquirente de bens estrangeiros no caso de importação realizada por sua conta e ordem por intermédio de pessoa jurídica importadora.
		§ 6º As suspensões de que trata este artigo independem da forma, local do pagamento ou de ingresso de divisas no País.
		§ 7º A suspensão dos tributos de que trata o § 2º não impede a manutenção e a utilização dos créditos pela pessoa jurídica vendedora.
		§ 8º A suspensão dos tributos de que trata este artigo converte-se em alíquota 0 (zero):

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
		I – quando houver a efetiva saída dos bens para o exterior, de forma temporária ou permanente, nos casos de que tratam os incisos I a III do § 1º do caput;
		II – na efetiva utilização dos serviços contratados na execução de obras no exterior, nos casos de que trata o inciso IV do § 1º do caput.
		Art. 64. As máquinas, equipamentos, veículos, aparelhos e instrumentos, bem como partes, peças, acessórios e componentes adquiridos no Brasil e utilizados na execução de serviços de engenharia no exterior, poderão:
		I – permanecer no exterior, para emprego na execução de serviços de engenharia realizados pela empresa de engenharia, mesmo que por intermédio de suas filiais, sucursais, coligadas e controladas domiciliadas no exterior;
		II – ser arrendados, emprestados, vendidos ou doados, hipóteses nas quais serão considerados com exportação definitiva;
		III – retornar ao País em qualquer estado, ainda que com nova classificação fiscal.
		§ 1º Na hipótese do retorno ao País dos bens empregados nos serviços de engenharia no exterior, em prazo inferior a 1 (um) ano contado da data do seu embarque, os tributos incidentes serão devidos proporcionalmente ao prazo de vida útil remanescente dos referidos bens, a ser apurado nos termos e condições definidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
		§ 2º O disposto no § 1º aplica-se ao IPI, ao Imposto de Importação, à Contribuição para o PIS/Pasep incidente

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
		sobre a importação, à Cofins incidente sobre a importação e ao AFRMM.
Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil)		Art. 65. A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 69-A:
Art. 69. Tornando-se ilícita, impossível ou inútil a finalidade a que visa a fundação, ou vencido o prazo de sua existência, o órgão do Ministério Público, ou qualquer interessado, lhe promoverá a extinção, incorporando-se o seu patrimônio, salvo disposição em contrário no ato constitutivo, ou no estatuto, em outra fundação, designada pelo juiz, que se proponha a fim igual ou semelhante.		
		“Art. 69-A. É admitida a transformação da fundação constituída para fins educacionais em sociedade empresária.
		§ 1º Para que se possa transformar a fundação em sociedade empresária é necessária a aprovação unânime dos competentes para geri-la e representá-la.
		§ 2º Para que se efetive a transformação, deve ser promovida a baixa de seus atos no Registro Civil de Pessoas Jurídicas e a subsequente inscrição na Junta Comercial, devendo esta fazer constar de seus registros tratar-se de sociedade resultante de transformação de fundação em sociedade empresária.
		§ 3º A participação societária no capital social da pessoa jurídica resultante, relativa a cada um de seus curadores, que passarão a ser sócios ou acionistas, deve ser imediatamente contabilizada como quotas de capital.
		§ 4º O ato de transformação ensejará fato gerador de

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
		Imposto de Renda da Pessoa Física, como ganho de capital, na forma do art. 17 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.”
TÍTULO III Do Domicílio Art. 70. O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.		
Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997		Art. 66. O art. 17 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:
Art. 17. Sujeita-se à incidência do imposto de renda à alíquota de quinze por cento a diferença entre o valor em dinheiro ou o valor dos bens e direitos recebidos de instituição isenta, por pessoa física, a título de devolução de patrimônio, e o valor em dinheiro ou o valor dos bens e direitos que houver entregue para a formação do referido patrimônio.		“Art. 17.
..... § 4º Na hipótese do parágrafo anterior, para a determinação da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido a pessoa jurídica deverá computar: a) a diferença a que se refere o <i>caput</i> , se sujeita ao pagamento do imposto de renda com base no lucro real; b) o valor em dinheiro ou o valor dos bens e direitos recebidos, se tributada com base no lucro presumido ou arbitrado.	
		§ 5º As regras de tributação previstas neste artigo aplicam-se à operações de transformação de pessoa jurídica prevista no art. 69-A da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil” (NR)

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977		Art. 67. O art. 2º do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 2º O registro especial poderá ser cancelado, a qualquer tempo, pela autoridade concedente, se, após a sua concessão, ocorrer um dos seguintes fatos:		“Art. 2º
III - prática de conluio ou fraude, como definidos na Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, ou de crime contra a ordem tributária previsto na Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, ou de qualquer outra infração cuja tipificação decorra do descumprimento de normas reguladoras da produção, importação e comercialização de cigarros e outros derivados de tabaco, após decisão transitada em julgado.		III - prática de conluio ou fraude, como definidos na Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, ou de crime contra a ordem tributária previsto na Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, ou de crime de falsificação de selos de controle tributário previsto no art. 293 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, ou de qualquer outra infração cuja tipificação decorra do descumprimento de normas reguladoras da produção, importação e comercialização de cigarros e outros derivados de tabaco, após decisão transitada em julgado.
§ 1º Para os fins do disposto no inciso II deste artigo, o Secretário da Receita Federal poderá estabelecer a periodicidade e a forma de comprovação do pagamento dos tributos e contribuições devidos, inclusive mediante a instituição de obrigação acessória destinada ao controle da produção ou importação, da circulação dos produtos e da apuração da base de cálculo.		§ 1º Para os fins de aplicação do disposto no inciso II do caput, deverão ser consideradas as seguintes práticas reiteradas por parte da pessoa jurídica detentora do registro especial: I – comercialização de cigarros sem a emissão de nota fiscal; II – não recolhimento ou recolhimento de tributos menor que o devido; III – omissão ou erro nas declarações de informações exigidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
..... § 9º O disposto neste artigo aplica-se também aos	

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
demais produtos cujos estabelecimentos produtores ou importadores estejam sujeitos a registro especial. (Incluído pela Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)		
		§ 10. Para fins do disposto no § 1º, considera-se prática reiterada a reincidência das hipóteses ali elencadas, independentemente de ordem ou cumulatividade.” (NR)
Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977		Art. 68. O Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, passa a vigorar acrescido dos arts. 2º-A a 2º-D com a seguinte redação:
		“Art. 2º-A A caracterização das práticas descritas nos incisos II e III do art. 2º, para fins de cancelamento do registro especial, independe da prova de regularidade fiscal da pessoa jurídica perante a Fazenda Nacional.”
		“Art. 2º-B Fica vedada a concessão de novo registro especial, pelo prazo de 5 (cinco) anos-calendário, à pessoa jurídica que teve registro especial cancelado conforme disposto no art. 2º.
		Parágrafo único. A vedação de que trata o caput também se aplica à concessão de registro especial a pessoas jurídicas que possuam em seu quadro societário:
		I - pessoa física que tenha participado, na qualidade de sócio, diretor, gerente ou administrador, de pessoa jurídica que teve registro especial cancelado conforme disposto no art. 2º;
		II – cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, das pessoas físicas mencionadas no inciso I;

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
		III – pessoa jurídica que teve registro especial cancelado conforme disposto no art. 2º.”
		“Art. 2º-C A medida liminar ou tutela antecipada em ação judicial, de qualquer espécie, interposta contra ato de cancelamento do registro especial nos termos do art. 2º, somente poderá ser deferida pelo Juiz sob condição resolutiva de ulterior comprovação do recolhimento dos tributos devidos pela comercialização dos cigarros produzidos na vigência da decisão judicial.
		§ 1º O Juiz poderá determinar, alternativamente, que a condição resolutiva seja satisfeita pelo autor da ação judicial mediante depósito judicial dos valores correspondentes aos tributos devidos de que trata o caput.
		§ 2º A Fazenda Nacional deverá se manifestar periodicamente nos autos da ação judicial acerca da regularidade dos recolhimentos ou depósitos judiciais efetuados ao amparo da decisão judicial.
		§ 3º O descumprimento da condição resolutiva pelo autor da ação judicial implicará na revogação da liminar ou tutela antecipada concedida.
		§ 4º O disposto neste artigo não se aplica aos créditos tributários da pessoa jurídica referentes a fatos geradores anteriores ao cancelamento do registro especial, em fase de cobrança administrativa, execução fiscal ou cuja exigibilidade esteja suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.”
		“Art. 2º-D É vedada a produção e importação de marcas de cigarros anteriormente comercializadas por

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
		fabricantes ou importadores que tiveram o registro especial cancelado conforme disposto no art. 2º.
		Parágrafo único. Aplicar-se-á a pena de perdimento aos cigarros produzidos ou importados em desacordo com o disposto no caput.”
Art. 3º Nas operações realizadas no mercado interno, o tabaco em folha total ou parcialmente destalado só poderá ser remetido a estabelecimento industrial de charutos, cigarros, cigarrilhas ou de fumo desfiado, picado, migado, em pó, em rolo ou em corda, admitida, ainda, a sua comercialização entre estabelecimentos que exerçam a atividade de beneficiamento e acondicionamento por enfiamento.		
Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001		Art. 69. Os arts. 1º e 3º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:
Art. 1º Sem prejuízo das demais normas em vigor aplicáveis à matéria, a partir do ano-calendário de 2000, as pessoas jurídicas que tenham projeto protocolizado e aprovado até 31 de dezembro de 2013 para instalação, ampliação, modernização ou diversificação enquadrado em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), terão direito à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda e adicionais calculados com base no lucro da exploração.		“Art. 1º Sem prejuízo das demais normas em vigor aplicáveis à matéria, a partir do ano-calendário de 2000, as pessoas jurídicas que tenham projeto protocolizado e aprovado até 31 de dezembro de 2018 para instalação, ampliação, modernização ou diversificação enquadrado em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, terão direito à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda e adicionais calculados com base no lucro da exploração.

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
.....	” (NR)
Art. 3º Sem prejuízo das demais normas em vigor sobre a matéria, fica mantido, até 31 de dezembro de 2013, o percentual de trinta por cento previsto no inciso I do art. 2º da Lei nº 9.532, de 1997, para aqueles empreendimentos dos setores da economia que venham a ser considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional.		“Art. 3º Sem prejuízo das demais normas em vigor sobre a matéria, fica mantido, até 31 de dezembro de 2018, o percentual de 30% (trinta por cento) previsto no inciso I do art. 2º da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para aqueles empreendimentos dos setores da economia que venham a ser considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional.” (NR)
		Art. 70. Para fins de incidência de tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, ficam submetidas às regras de tributação aplicáveis aos bancos de desenvolvimento as agências de fomento referidas no art. 1º da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001.
		§ 1º O disposto no caput aplica-se a partir de 1º de janeiro de 2013.
		§ 2º As agências de fomento poderão, opcionalmente, submeter-se ao disposto no caput a partir de 1º de janeiro de 2012.
Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011		Art. 71. Os arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:
Art. 1º Fica reduzida a 0 (zero) a alíquota do imposto sobre a renda incidente sobre os rendimentos definidos nos termos da alínea “a” do § 2º do art. 81 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, produzidos por títulos ou valores mobiliários adquiridos a partir de 1º de janeiro de 2011, objeto de distribuição pública, de emissão de pessoas jurídicas de direito privado não classificadas como instituições		“Art. 1º

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
financeiras e regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários ou pelo Conselho Monetário Nacional, quando pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, exceto em país que não tribute a renda ou que a tribute à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento).		
§ 1º Para fins do disposto no caput, os títulos ou valores mobiliários deverão ser remunerados por taxa de juros prefixada, vinculada a índice de preço ou à taxa referencial (TR), vedada a pactuação total ou parcial de taxa de juros pós-fixada, e ainda, cumulativamente, apresentar:		§ 1º
II - vedação à recompra do papel pelo emissor nos 2 (dois) primeiros anos após a sua emissão e à liquidação antecipada por meio de resgate ou pré-pagamento;		II - vedação à recompra do título ou valor mobiliário pelo emissor ou parte a ele relacionada nos 2 (dois) primeiros anos após a sua emissão e à liquidação antecipada por meio de resgate ou pré-pagamento, salvo na forma a ser regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional ;
V - comprovação de que o ativo tenha sido negociado em mercados regulamentados de valores mobiliários ; e		V - comprovação de que o título ou valor mobiliário esteja registrado em sistema de registro devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nas suas respectivas áreas de competência; e
VI - procedimento simplificado que demonstre o objetivo de alocar os recursos captados em projetos de investimento, inclusive os voltados à pesquisa, desenvolvimento e inovação.		VI – procedimento simplificado que demonstre o compromisso de alocar os recursos captados no pagamento futuro ou no reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionados aos projetos de investimento, inclusive os voltados à pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
		§ 1º-A Para fins do disposto no caput, os certificados de recebíveis imobiliários deverão ser remunerados por taxa de juros prefixada, vinculada a índice de preço ou à Taxa Referencial - TR, vedada a pactuação total ou parcial de taxa de juros pós-fixada, e ainda, cumulativamente, apresentar os seguintes requisitos:
		I - prazo médio ponderado superior a 4 (quatro) anos;
		II - vedação à recompra dos certificados de recebíveis imobiliários pelo emissor ou parte a ele relacionada e o cedente ou originador nos 2 (dois) primeiros anos após a sua emissão e à liquidação antecipada por meio de resgate ou pré-pagamento, salvo na forma a ser regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional;
		III - inexistência de compromisso de revenda assumido pelo comprador;
		IV - prazo de pagamento periódico de rendimentos, se existente, com intervalos de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias;
		V - comprovação de que os certificados de recebíveis imobiliários estejam registrados em sistema de registro, devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nas respectivas áreas de competência; e
		VI – procedimento simplificado que demonstre o compromisso de alocar os recursos captados no pagamento futuro ou no reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionados a projetos de investimento, inclusive os voltados à pesquisa, desenvolvimento e inovação.
		§1º-B O procedimento simplificado previsto no inciso VI dos §§ 1º e 1º-A deve demonstrar que os gastos,

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
		despesas ou dívidas passíveis de reembolso ocorrerem em prazo igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses da data de encerramento da oferta pública.
§ 2º O Conselho Monetário Nacional definirá a fórmula de cômputo do prazo médio a que se refere o inciso I do § 1º, bem como o procedimento simplificado a que se refere o inciso VI daquele parágrafo.		§ 2º O Conselho Monetário Nacional definirá a fórmula de cômputo do prazo médio a que se refere o inciso I dos §§ 1º e 1º-A, bem como o procedimento simplificado a que se refere o inciso VI dos §§ 1º e 1º-A.
§ 4º O disposto neste artigo aplica-se:		§ 4º
II - às cotas de fundos de investimento exclusivos para investidores não residentes que possuam no mínimo 98% (noventa e oito por cento) do valor do patrimônio líquido do fundo aplicado em títulos de que trata o caput.		II - às cotas de fundos de investimento exclusivos para investidores não residentes que possuam no mínimo 85% (oitenta e cinco por cento) do valor do patrimônio líquido do fundo aplicado em títulos de que trata o caput.
		§ 4º-A O percentual mínimo a que se refere o inciso II poderá ser de, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do valor do patrimônio líquido do fundo aplicado em títulos de que trata o caput, nos primeiros 2 (dois) anos a partir da data de encerramento da oferta pública de distribuição de cotas constitutivas do patrimônio inicial do fundo.
§ 7º O Ministério da Fazenda poderá disciplinar o cômputo do imposto sobre a renda devido pelo investidor estrangeiro, nos casos em que este opte pela antecipação de pagamento disposta no § 6º, tendo como base para apuração do tributo:	
II - o preço apurado com base na curva de juros do		

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
<p>papel, nos casos em que, cumulativamente ou não:</p> <p>.....</p> <p>b) o volume negociado se mostre insuficiente para concluir que o preço observado espelha o valor do título.</p>		
		§8º Fica sujeito à multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor captado na forma deste artigo não alocado no projeto de investimento, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB:
		I - o emissor dos títulos e valores mobiliários; ou
		II – o originador, no caso de certificados de recebíveis imobiliários.
		9º Os rendimentos produzidos pelos títulos ou valores mobiliários a que se refere este artigo sujeitam-se à alíquota reduzida de imposto de renda ainda que ocorra a hipótese prevista no §8º, sem prejuízo da multa nele estabelecida.” (NR)
<p>Art. 2º No caso de debêntures emitidas por sociedade de propósito específico constituída para implementar projetos de investimento na área de infraestrutura, ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação, considerados como prioritários na forma regulamentada pelo Poder Executivo Federal, os rendimentos auferidos por pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no País sujeitam-se à incidência do imposto sobre a renda, exclusivamente na fonte, às seguintes alíquotas:</p> <p>.....</p>		<p>“Art. 2º No caso de debêntures emitidas por sociedade de propósito específico, constituída sob a forma de sociedade por ações, para captar recursos com vistas em implementar projetos de investimento na área de infraestrutura, ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação, considerados como prioritários na forma regulamentada pelo Poder Executivo federal, os rendimentos auferidos por pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no País sujeitam-se à incidência do imposto sobre a renda, exclusivamente na fonte, às seguintes alíquotas:</p> <p>.....</p>

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
<p>§ 1º O disposto neste artigo aplica-se somente às debêntures que atendam ao disposto no § 1º do art. 1º, emitidas entre a data da publicação da regulamentação mencionada no § 2º do art. 1º e a data de 31 de dezembro de 2015.</p>		<p>§ 1º O disposto neste artigo aplica-se somente aos ativos que atendam ao disposto nos §§ 1º, 1º-B e 2º do art. 1º, emitidos entre a data da publicação da regulamentação mencionada no § 2º do art. 1º e a data de 31 de dezembro de 2015.</p>
		<p>§1º-A Fazem jus aos benefícios dispostos no caput, respeitado o disposto no §1º, as debêntures objeto de distribuição pública, emitidas por concessionária, permissionária ou autorizatória de serviços públicos, constituídas sob a forma de sociedade por ações, para captar recursos com vistas em implementar projetos de investimento na área de infraestrutura, ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação, considerados como prioritários na forma regulamentada pelo Poder Executivo federal.</p>
		<p>§1º-B As debêntures mencionadas no caput e no §1º-A poderão ser emitidas por sociedades controladoras das pessoas jurídicas mencionadas neste artigo, desde que constituídas sob a forma de sociedade por ações.</p>
<p>§ 2º O regime de tributação previsto neste artigo aplica-se inclusive às pessoas jurídicas relacionadas no inciso I do art. 77 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995.</p> <p>.....</p>		<p>.....</p>
<p>§ 4º As perdas apuradas nas operações com os títulos a que se refere o caput, quando realizadas por pessoa jurídica tributada com base no lucro real, não serão dedutíveis na apuração do lucro real.</p>		<p>§ 4º As perdas apuradas nas operações com os ativos a que se refere este artigo, quando realizadas por pessoa jurídica tributada com base no lucro real, não serão dedutíveis na apuração do lucro real.</p>
<p>§ 5º As pessoas jurídicas, integrantes da sociedade de propósito específico de que trata o caput, que</p>		<p>§ 5º O emissor que deixar de alocar, no todo ou em parte, os recursos captados nos projetos de</p>

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
deixar em de implementar os projetos de investimento na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação, ficam sujeitas à multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total da emissão da debênture.		investimento na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação mencionados neste artigo durante o prazo previsto nos documentos da oferta, fica sujeito à multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor não alocado no projeto de investimento, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB.
		§6º O controlador da sociedade de propósito específico criada para implementar o projeto de investimento na forma deste artigo responderá de forma subsidiária com relação ao pagamento da multa estabelecida no §5º.
		§7º Os rendimentos produzidos pelos valores mobiliários a que se refere este artigo sujeitam-se à alíquota reduzida de imposto de renda ainda que ocorra a hipótese prevista no §5º, sem prejuízo da multa nele estabelecida.
		§8º Para fins do disposto neste artigo, consideram-se rendimentos quaisquer valores que constituam remuneração do capital aplicado, inclusive ganho de capital auferido na alienação.” (NR)
Art. 3º As instituições autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários ao exercício da administração de carteira de títulos e valores mobiliários poderão constituir fundo de investimento, que disponha em seu regulamento que a aplicação dos seus recursos nos ativos de que trata o art. 2º não poderá ser inferior, em qualquer momento de sua vigência, a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor do patrimônio líquido do fundo.		“Art. 3º As instituições autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários ao exercício da administração de carteira de títulos e valores mobiliários poderão constituir fundo de investimento, que disponha em seu regulamento que a aplicação de seus recursos nos ativos de que trata o art. 2º não poderá ser inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor do patrimônio líquido do fundo.
§ 1º Os cotistas dos fundos de investimento de que	

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
<p>trata o caput ou dos fundos de investimentos em cotas de fundo de investimento que detenham, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) dos seus recursos alocados em cotas dos fundos de investimento de que trata o caput, terão sua alíquota do imposto sobre a renda, incidente sobre os rendimentos produzidos pelos fundos de que trata o caput, reduzida a:</p> <p>.....</p> <p>II - 15% (quinze por cento), quando auferidos por pessoa jurídica tributada com base no lucro real, presumido ou arbitrado e por pessoa jurídica isenta ou optante pelo Simples Nacional.</p>		
		§1º-A O percentual mínimo a que se refere o caput poderá ser de, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do valor do patrimônio líquido do fundo aplicado nos ativos nos 2 (dois) primeiros anos a partir da data de encerramento da oferta pública de distribuição de cotas constitutivas do patrimônio inicial do fundo.
<p>§ 2º Os cotistas dispostos na alínea “b” do inciso I e no inciso II do § 1º sujeitam-se à incidência do imposto sobre a renda exclusivamente na fonte.</p> <p>.....</p>	” (NR)
Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011		Art. 72. O art. 16 da Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 16. O banco de dados, a fonte e o consulente são responsáveis objetiva e solidariamente pelos danos materiais e morais que causarem ao cadastrado.		“Art. 16. O banco de dados e a fonte são responsáveis objetiva e solidariamente pelos danos materiais e morais que causarem ao cadastrado.” (NR)
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993		Art. 73. O art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
Art. 24. É dispensável a licitação: XXXI - nas contratações visando ao cumprimento do disposto nos arts. 3º, 4º, 5º e 20 da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, observados os princípios gerais de contratação dela constantes.		“Art. 24.
		XXXII – na contratação em que houver transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde - SUS, no âmbito da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, conforme elencados em ato da direção nacional do SUS, inclusive por ocasião da aquisição destes produtos durante as etapas de absorção tecnológica.
Parágrafo único. Os percentuais referidos nos incisos I e II do caput deste artigo serão 20% (vinte por cento) para compras, obras e serviços contratados por consórcios públicos, sociedade de economia mista, empresa pública e por autarquia ou fundação qualificadas, na forma da lei, como Agências Executivas.		§ 1º Os percentuais referidos nos incisos I e II do caput deste artigo serão 20% (vinte por cento) para compras, obras e serviços contratados por consórcios públicos, sociedade de economia mista, empresa pública e por autarquia ou fundação qualificadas, na forma da lei, como Agências Executivas.
		§ 2º O limite temporal de criação do órgão ou entidade que integre a administração pública estabelecido no inciso VIII do caput deste artigo não se aplica aos órgãos ou entidades que produzem produtos estratégicos para o SUS, no âmbito da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, conforme elencados em ato da direção nacional do SUS.” (NR)
Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004		Art. 74. O art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 1º Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição		“Art. 1º

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de:		
V - produtos classificados nos códigos 0713.33.19, 0713.33.29, 0713.33.99, 1006.20, 1006.30 e 1106.20 da TIPI;		V – produtos classificados nos códigos 0713.33.19, 0713.33.29, 0713.33.99 e 1106.20 da TIPI;
..... § 3º No caso do inciso XVIII do caput , a redução a zero das alíquotas aplica-se até 31 de dezembro de 2012.	
		§ 4º Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita bruta de venda no mercado interno dos produtos classificados nos códigos 1006.10.91, 1006.10.92, 1006.20, 1006.30, 1006.40.00 e 1101.00.10 da Tipi.
		§ 5º Fica vedado o aproveitamento de créditos da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins decorrentes de operações de importação dos produtos classificados nos códigos 1006.10.91, 1006.10.92, 1006.20, 1006.30, 1006.40.00 e 1101.00.10 da Tipi.” (NR)
		Art. 75. Fica restabelecido, durante os períodos de apuração compreendidos entre 1º de dezembro de 2011 e 31 de maio de 2012, o direito de a pessoa jurídica referida no caput do art. 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, aproveitar o crédito presumido de que trata o referido artigo quando o bem adquirido ou recebido, até mesmo antes do termo inicial do período, for empregado em produtos sobre os quais não incidam a Contribuição para o PIS/Pasep

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
		e a Cofins, ou que estejam sujeitos a isenção, alíquota 0 (zero) ou suspensão da exigência dessas contribuições.
		Art. 76. Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita decorrente da venda de águas minerais naturais comercializadas em recipientes com capacidade nominal inferior a 10 (dez) litros ou igual ou superior a 10 (dez) litros classificadas no código 2201.10.00 Ex 01 e Ex 02 da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011.
		Art. 77. Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas para a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, para a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e para o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, para os produtos alimentares de consumo humano que compõem a Cesta Básica Nacional.
		§ 1º Os alimentos que compõem a Cesta Básica Nacional serão selecionados pelos seguintes critérios:
		I - de peso relativo dos alimentos no gasto das famílias brasileiras, calculados a partir de informações atualizadas da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;
		II - de recomendações nutricionais de consumo de alimentos, estabelecidos pelo Ministério da Saúde; e
		III - da oferta de produtos alimentares que priorize a produção da agricultura familiar, a ser informada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
		o do Desenvolvimento Agrário.
		§ 2º A composição da Cesta Básica Nacional será definida e revisada no máximo a cada 5 (cinco) anos pela Comissão Interministerial da Cesta Básica Nacional.
	Art. 54. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos:	Art. 78. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos:
	I – em relação aos arts. 15 a 23, a partir de sua regulamentação, até 31 de dezembro de 2015; e	I – em relação aos arts. 15 a 23, a partir de sua regulamentação, até 31 de dezembro de 2015; e
	II – em relação aos arts. 31 a 35, a partir de sua regulamentação.	II – em relação aos arts. 40 a 44 e 62, a partir de sua regulamentação.
	§ 1º Os arts. 38 e 40 entram em vigor em 1º de janeiro de 2013; e	§ 1º Os arts. 48 e 50 entram em vigor em 1º de janeiro de 2013;
	§ 2º Os arts. 43 a 46 entram em vigor no primeiro dia do quarto mês subsequente à data de sua publicação.	§ 2º Os arts. 53 a 56 entram em vigor no 1º (primeiro) dia do 4º (quarto) mês subsequente à data de publicação da Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012, produzindo efeitos a partir de sua regulamentação, à exceção:
		I – da nova redação dada ao § 15 e ao novo § 23 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, que entram em vigor na data de publicação desta Lei;
		II – do disposto no inciso III do caput do art. 7º e no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, que entra em vigor em 1º de janeiro de 2013;
		III – da contribuição sobre o valor da receita bruta relativa às empresas que fabricam os produtos classificados nas posições 2515.11.00, 2515.12.10, 2516.11.00, 2516.12.00, 6801.00.00, 6802.10.00, 6802.21.00, 6802.23.00, 6802.29.00, 6802.91.00, 6802.92.00, 6802.93.10, 6802.93.90, 6802.99.90,

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
		6803.00.00, 8473.30.99, 8504.90.10, 8518.90.90 e 8522.90.20 da Tipi, que entra em vigor no 1º (primeiro) dia do 4º (quarto) mês subsequente à data de publicação desta Lei; e
		IV – da contribuição sobre o valor da receita bruta relativa às empresas que fabricam os produtos classificados nas posições 01.03, 02.06, 02.09, 05.04, 05.05, 05.07, 05.10, 05.11, 10.05, 11.06, 12.01, 12.08, 12.13, no Capítulo 15, no Capítulo 16, no Capítulo 19, nas posições 23.01, 23.04, 23.06, 2309.90, 30.02, 30.03, 30.04 da Tipi, que entra em vigor no primeiro dia do quarto mês subsequente à data de publicação desta Lei.
	Art. 53. Ficam revogados:	Art. 79. Ficam revogados:
Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 Art. 22. § 4º Nos casos de contratos registrados no Banco Central do Brasil, serão admitidos os juros determinados com base na taxa registrada.	I - o § 4º do art. 22 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, a partir de 1º de janeiro de 2013;	I - o § 4º do art. 22 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, a partir de 1º de janeiro de 2013;
Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004 Art. 8º, § 21. I – nos códigos 3926.20.00, 40.15, 42.03, 43.03, 4818.50.00, 63.01 a 63.05, 6812.91.00 e 9404.90.00 e nos capítulos 61 e 62; (Incluído pela Lei nº 12.456, de 2011) II – nos códigos 4202.11.00, 4202.21.00, 4202.31.00, 4202.91.00 e 4205.00.00; (Incluído pela Lei nº 12.456, de 2011) III – nos códigos 6309.00 e 64.01 a 64.06; (Incluído pela Lei nº 12.456, de 2011) IV – nos códigos 41.04, 41.05, 41.06, 41.07 e	II - a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente à data de sua publicação , os incisos I a VI do § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004;	II - a partir do primeiro dia do 4º (quarto) mês subsequente à data de publicação da Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012, ou da data da regulamentação referida no § 2º do art. 78 desta Lei, o que ocorrer depois , os incisos I a VI do § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004;

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
<p>41.14; (Incluído pela Lei nº 12.456, de 2011) V – nos códigos 8308.10.00, 8308.20.00, 96.06.10.00, 9606.21.00 e 9606.22.00; e (Incluído pela Lei nº 12.456, de 2011) VI – no código 9506.62.00. (Incluído pela Lei nº 12.456, de 2011)</p>		
<p style="text-align: center;">Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011</p> <p>Art. 7º § 3º No caso de empresas de TI e de TIC que se dediquem a outras atividades, além das previstas no caput, até 31 de dezembro de 2014, o cálculo da contribuição obedecerá: I – ao disposto no caput quanto à parcela da receita bruta correspondente aos serviços relacionados no caput; e II – ao disposto nos incisos I e III do art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991, reduzindo-se o valor da contribuição a recolher ao percentual resultante da razão entre a receita bruta de atividades não relacionadas aos serviços de que trata o caput e a receita bruta total. § 4º O disposto neste artigo aplica-se também às empresas prestadoras dos serviços referidos no § 5º do art. 14 da Lei nº 11.774, de 2008.</p>	<p>III - a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente à data de sua publicação, os §§ 3º e 4º do art. 7º, o parágrafo único e os incisos I a V do caput do art. 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011; e”</p>	<p>III - a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente à data de publicação da Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012, ou da data da regulamentação referida no § 2º do art. 78 desta Lei, o que ocorrer depois, os §§ 3º e 4º do art. 7º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011;</p>
<p>Art. 8º I – nos códigos 3926.20.00, 40.15, 42.03, 43.03, 4818.50.00, 63.01 a 63.05, 6812.91.00, 9404.90.00 e nos capítulos 61 e 62; II – nos códigos 4202.11.00, 4202.21.00, 4202.31.00, 4202.91.00, 4205.00.00, 6309.00, 64.01 a 64.06; III – nos códigos 41.04, 41.05, 41.06, 41.07 e 41.14; IV – nos códigos 8308.10.00, 8308.20.00,</p>		

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
<p>96.06.10.00, 9606.21.00 e 9606.22.00; e V – no código 9506.62.00.</p> <p>Parágrafo único. No caso de empresas que se dediquem a outras atividades, além das previstas no-caput, o cálculo da contribuição obedecerá:</p> <p>I – ao disposto no-caput-quanto à parcela da receita bruta correspondente aos produtos relacionados nos seus incisos I a V; e</p> <p>II – ao disposto nos-incisos I-e-III do art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991, reduzindo-se o valor da contribuição a recolher ao percentual resultante da razão entre a receita bruta de atividades não relacionadas à fabricação dos produtos arrolados nos incisos I a V do-caput-e a receita bruta total.</p>		
<p>Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011</p> <p>Art. 5º As empresas fabricantes, no País, de produtos classificados nas posições 87.01 a 87.06 da Tipi, aprovada pelo Decreto no 6.006, de 2006, observados os limites previstos nos incisos I e II do art. 4º do Decreto-Lei no 1.199, de 27 de dezembro de 1971, poderão usufruir da redução das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), mediante ato do Poder Executivo, com o objetivo de estimular a competitividade, a agregação de conteúdo nacional, o investimento, a inovação tecnológica e a produção local.</p> <p>§ 1º A redução de que trata o caput:</p> <p>I – deverá observar, atendidos os requisitos estabelecidos em ato do Poder Executivo, níveis de investimento, de inovação tecnológica e de agregação de conteúdo nacional;</p>	<p>IV - os arts. 5º e 6º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, a partir de 1º de janeiro de 2013.</p>	

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
<p>II – poderá ser usufruída até 31 de julho de 2016; e III – abrangerá os produtos indicados em ato do Poder Executivo.</p> <p>§ 2º Para fins deste artigo, o Poder Executivo definirá:</p> <p>I – os percentuais da redução de que trata o caput, podendo diferenciá-los por tipo de produto, tendo em vista os critérios estabelecidos no § 1º; e II – a forma de habilitação da pessoa jurídica.</p> <p>§ 3º A redução de que trata o caput não exclui os benefícios previstos nos arts. 11-A e 11-B da Lei no 9.440, de 14 de março de 1997, e no art. 1º da Lei no 9.826, de 23 de agosto de 1999, e o regime especial de tributação de que trata o art. 56 da Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, nos termos, limites e condições estabelecidos em ato do Poder Executivo.</p>		
<p>Art. 6º A redução de que trata o art. 5º aplica-se aos produtos de procedência estrangeira classificados nas posições 87.01 a 87.06 da Tipi, observado o disposto no inciso III do § 1º do art. 5º, atendidos os limites e condições estabelecidos em ato do Poder Executivo.</p> <p>§ 1º Respeitados os acordos internacionais dos quais a República Federativa do Brasil seja signatária, o disposto no caput aplica-se somente no caso de saída dos produtos importados de estabelecimento importador pertencente a pessoa jurídica fabricante que atenda aos requisitos mencionados nos §§ 1º e 2º do art. 5º.</p> <p>§ 2º A exigência de que trata o § 1º não se aplica às importações de veículos realizadas ao amparo de</p>		

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
acordos internacionais que contemplem programas de integração específicos, nos termos estabelecidos em ato do Poder Executivo.		
Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004 Art. 1º XIV - farinha de trigo classificada no código 1101.00.10 da Tipi;		IV - o inciso XIV do art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, a partir do 1º (primeiro) dia do 4º (quarto) mês subsequente à data de publicação desta Lei.

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

Anexo

(Anexo da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011)

	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	NCM	NCM
		01.03
		02.03
		02.06
		02.09
		02.10.1
		05.04
		05.05
		05.07
		05.10
		05.11
		10.05
		11.06
		12.01
		12.08
		12.13
		Capítulo 15
		Capítulo 16
		Capítulo 19
		23.01
		23.04

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	NCM	NCM
		23.06
		2309.90
		2515.11.00
		2515.12.10
		2516.11.00
		2516.12.00
		30.02
		30.03
		30.04
	3005.90.90	3005.90.90
	3815.12.10	3815.12.10
	3819.00.00	3819.00.00
	39.15	39.15
	39.16	39.16
	39.17	39.17
	39.18	39.18
	39.19	39.19
	39.20	39.20
	39.21	39.21
	39.22	39.22
	39.23	39.23
	39.24	39.24
	39.25	39.25

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	NCM	NCM
	39.26	39.26
	4009.11.00	4009.11.00
	4009.12.10	4009.12.10
	4009.12.90	4009.12.90
	4009.31.00	4009.31.00
	4009.32.10	4009.32.10
	4009.32.90	4009.32.90
	4009.42.10	4009.42.10
	4009.42.90	4009.42.90
	4010.31.00	4010.31.00
	4010.32.00	4010.32.00
	4010.33.00	4010.33.00
	4010.34.00	4010.34.00
	4010.35.00	4010.35.00
	4010.36.00	4010.36.00
	4010.39.00	4010.39.00
	40.15	40.15
	4016.10.10	4016.10.10
	4016.91.00	4016.91.00
	4016.93.00	4016.93.00
	4016.99.90	4016.99.90
	41.04	41.04
	41.05	41.05

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	NCM	NCM
	41.06	41.06
	41.07	41.07
	41.14	41.14
	4202.11.00	4202.11.00
	4202.12.20	4202.12.20
	4202.21.00	4202.21.00
	4202.22.20	4202.22.20
	4202.31.00	4202.31.00
	4202.32.00	4202.32.00
	4202.91.00	4202.91.00
	4202.92.00	4202.92.00
	42.03	42.03
	4205.00.00	4205.00.00
	43.03	43.03
	4421.90.00	4421.90.00
	4504.90.00	4504.90.00
	4818.50.00	4818.50.00
	5004.00.00	5004.00.00
	5005.00.00	5005.00.00
	5006.00.00	5006.00.00
	50.07	50.07
	5104.00.00	5104.00.00
	51.05	51.05

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	NCM	NCM
	51.06	51.06
	51.07	51.07
	51.08	51.08
	51.09	51.09
	5110.00.00	5110.00.00
	51.11	51.11
	51.12	51.12
	5113.00	5113.00
	5203.00.00	5203.00.00
	52.04	52.04
	52.05	52.05
	52.06	52.06
	52.07	52.07
	52.08	52.08
	52.09	52.09
	52.10	52.10
	52.11	52.11
	52.12	52.12
	53.06	53.06
	53.07	53.07
	53.08	53.08
	53.09	53.09
	53.10	53.10

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	NCM	NCM
	5311.00.00	5311.00.00
	Capítulo 54	Capítulo 54
	Capítulo 55	Capítulo 55
	Capítulo 56	Capítulo 56
	Capítulo 57	Capítulo 57
	Capítulo 58	Capítulo 58
	Capítulo 59	Capítulo 59
	Capítulo 60	Capítulo 60
	Capítulo 61	Capítulo 61
	Capítulo 62	Capítulo 62
	Capítulo 63	Capítulo 63
	Capítulo 64	Capítulo 64
	Capítulo 65 (exceto código 6506.10.00)	Capítulo 65 (exceto código 6506.10.00)
		6801.00.00
		6802.10.00
		6802.21.00
		6802.23.00
		6802.29.00
		6802.91.00
		6802.92.00
		6802.93.10
		6802.93.90
		6802.99.90

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	NCM	NCM
		6803.00.00
	6807.90.00	6807.90.00
	6812.80.00	6812.80.00
	6812.90.10	6812.90.10
	6812.91.00	6812.91.00
	6812.99.10	6812.99.10
	6813.10.10	6813.10.10
	6813.10.90	6813.10.90
	6813.20.00	6813.20.00
	6813.81.10	6813.81.10
	6813.81.90	6813.81.90
	6813.89.10	6813.89.10
	6813.89.90	6813.89.90
	6813.90.10	6813.90.10
	6813.90.90	6813.90.90
	6909.19.30	6909.19.30
	7007.11.00	7007.11.00
	7007.21.00	7007.21.00
	7009.10.00	7009.10.00
	7303.00.00	7303.00.00
	7308.10.00	7308.10.00
	7308.20.00	7308.20.00
	7308.40.00	

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	NCM	NCM
	7309.00.10	7309.00.10
	7309.00.90	7309.00.90
	7310.10.90	7310.10.90
	7310.29.10	7310.29.10
	7310.29.90	7310.29.90
	7311.00.00	7311.00.00
	7315.11.00	7315.11.00
	7315.12.10	7315.12.10
	7315.12.90	7315.12.90
	7315.19.00	7315.19.00
	7315.20.00	7315.20.00
	7315.81.00	7315.81.00
	7315.82.00	7315.82.00
	7315.89.00	7315.89.00
	7315.90.00	7315.90.00
	7316.00.00	7316.00.00
	7320.10.00	7320.10.00
	7320.20.10	7320.20.10
	7320.20.90	7320.20.90
	7320.90.00	7320.90.00
	7326.90.90	7326.90.90
	7419.99.90	7419.99.90
	7612.90.90	7612.90.90

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	NCM	NCM
	8205.40.00	8205.40.00
	8207.30.00	8207.30.00
	8301.20.00	8301.20.00
	8302.30.00	8302.30.00
	8308.10.00	8308.10.00
	8308.20.00	8308.20.00
	8310.00.00	8310.00.00
	8401.10.00	8401.10.00
	8401.20.00	8401.20.00
	8401.40.00	8401.40.00
	84.02	84.02
	84.03	84.03
	84.04	84.04
	84.05	84.05
	84.06	84.06
	84.07	84.07
	84.08	84.08
	84.09 (exceto código 8409.10.00)	84.09 (exceto código 8409.10.00)
	84.10	84.10
	84.11	84.11
	84.12	84.12
	84.13	84.13
	8414.10.00	8414.10.00

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	NCM	NCM
	8414.20.00	8414.20.00
	8414.30.11	8414.30.11
	8414.30.19	8414.30.19
	8414.30.91	8414.30.91
	8414.30.99	8414.30.99
	8414.40.10	8414.40.10
	8414.40.20	8414.40.20
	8414.40.90	8414.40.90
	8414.59.10	8414.59.10
	8414.59.90	8414.59.90
	8414.80.11	8414.80.11
	8414.80.12	8414.80.12
	8414.80.13	8414.80.13
	8414.80.19	8414.80.19
	8414.80.21	8414.80.21
	8414.80.22	8414.80.22
	8414.80.29	8414.80.29
	8414.80.31	8414.80.31
	8414.80.32	8414.80.32
	8414.80.33	8414.80.33
	8414.80.38	8414.80.38
	8414.80.39	8414.80.39
	8414.80.90	8414.80.90

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	NCM	NCM
	8414.90.10	8414.90.10
	8414.90.20	8414.90.20
	8414.90.31	8414.90.31
	8414.90.32	8414.90.32
	8414.90.33	8414.90.33
	8414.90.34	8414.90.34
	8414.90.39	8414.90.39
	8415.10.90	8415.10.90
	8415.20.10	8415.20.10
	8415.20.90	8415.20.90
	8415.81.10	8415.81.10
	8415.81.90	8415.81.90
	8415.82.10	8415.82.10
	8415.82.90	8415.82.90
	8415.83.00	8415.83.00
	8415.90.00	8415.90.00
	84.16	84.16
	84.17	84.17
	8418.50.10	8418.50.10
	8418.50.90	8418.50.90
	8418.61.00	8418.61.00
	8418.69.10	8418.69.10
	8418.69.20	8418.69.20

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	NCM	NCM
	8418.69.31	8418.69.31
	8418.69.32	8418.69.32
	8418.69.40	8418.69.40
	8418.69.91	8418.69.91
	8418.69.99	8418.69.99
	8418.99.00	8418.99.00
	84.19	84.19
	84.20	84.20
	8421.11.10	8421.11.10
	8421.11.90	8421.11.90
	8421.12.90	8421.12.90
	8421.19.10	8421.19.10
	8421.19.90	8421.19.90
	8421.21.00	8421.21.00
	8421.22.00	8421.22.00
	8421.23.00	8421.23.00
	8421.29.20	8421.29.20
	8421.29.30	8421.29.30
	8421.29.90	8421.29.90
	8421.31.00	8421.31.00
	8421.39.10	8421.39.10
	8421.39.20	8421.39.20
	8421.39.30	8421.39.30

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	NCM	NCM
	8421.39.90	8421.39.90
	8421.91.91	8421.91.91
	8421.91.99	8421.91.99
	8421.99.10	8421.99.10
	8421.99.20	8421.99.20
	8421.99.91	8421.99.91
	8421.99.99	8421.99.99
	84.22 (exceto código 8422.11.10)	84.22 (exceto código 8422.11.10)
	84.23 (exceto código 8423.10.00)	84.23 (exceto código 8423.10.00)
	84.24	84.24
	84.25	84.25
	84.26	84.26
	84.27	84.27
	84.28	84.28
	84.29	84.29
	84.30	84.30
	84.31	84.31
	84.32	84.32
	84.33	84.33
	84.34	84.34
	84.35	84.35
	84.36	84.36
	84.37	84.37

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	NCM	NCM
	84.38	84.38
	84.39	84.39
	84.40	84.40
	84.41	84.41
	84.42	84.42
	8443.11.10	8443.11.10
	8443.11.90	8443.11.90
	8443.12.00	8443.12.00
	8443.13.10	8443.13.10
	8443.13.21	8443.13.21
	8443.13.29	8443.13.29
	8443.13.90	8443.13.90
	8443.14.00	8443.14.00
	8443.15.00	8443.15.00
	8443.16.00	8443.16.00
	8443.17.10	8443.17.10
	8443.17.90	8443.17.90
	8443.19.10	8443.19.10
	8443.19.90	8443.19.90
	8443.39.10	8443.39.10
	8443.39.21	8443.39.21
	8443.39.28	8443.39.28
	8443.39.29	8443.39.29

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	NCM	NCM
	8443.39.30	8443.39.30
	8443.39.90	8443.39.90
	8443.91.10	8443.91.10
	8443.91.91	8443.91.91
	8443.91.92	8443.91.92
	8443.91.99	8443.91.99
	84.44	84.44
	84.45	84.45
	84.46	84.46
	84.47	84.47
	84.48	84.48
	84.49	84.49
	84.50.20	84.50.20
	84.51 (exceto código 8451.21.00)	84.51 (exceto código 8451.21.00)
	84.52 (exceto códigos 8452.90.20 e 8452.10.00)	84.52 (exceto códigos 8452.90.20 e 8452.10.00)
	84.53	84.53
	84.54	84.54
	84.55	84.55
	84.56	84.56
	84.57	84.57
	84.58	84.58
	84.59	84.59
	84.60	84.60

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	NCM	NCM
	84.61	84.61
	84.62	84.62
	84.63	84.63
	84.64	84.64
	84.65	84.65
	84.66	84.66
	8467.11.10	84.67.11.10
	8467.11.90	84.67.11.90
	8467.19.00	84.67.19.00
	8467.29.91	84.67.29.91
	8467.29.93	84.67.29.93
	8467.81.00	84.67.81.00
	8467.89.00	84.67.89.00
	8467.91.00	84.67.91.00
	8467.92.00	84.67.92.00
	8467.99.00	84.67.99.00
	8468.10.00	84.68.10.00
	8468.20.00	84.68.20.00
	8468.80.10	84.68.80.10
	8468.80.90	84.68.80.90
	8468.90.10	84.68.90.10
	8468.90.20	84.68.90.20
	8468.90.90	84.68.90.90

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	NCM	NCM
	8469.00.10	84.69.00.10
	8470.90.10	84.70.90.10
	8470.90.90	84.70.90.90
	8471.80.00	84.71.80.00
	8471.90.19	84.71.90.19
	8471.90.90	84.71.90.90
	8472.10.00	84.72.10.00
	8472.30.90	84.72.30.90
	8472.90.10	84.72.90.10
	8472.90.29	84.72.90.29
	8472.90.30	84.72.90.30
	8472.90.40	84.72.90.40
	8472.90.91	84.72.90.91
	8472.90.99	84.72.90.99
	8473.10.10	84.73.10.10
		84.73.30.99
	84.74	84.74
	84.75	84.75
	84.76	84.76
	84.77	84.77
	8478.10.10	84.78.10.10
	8478.10.90	84.78.10.90
	8478.90.00	84.78.90.00

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	NCM	NCM
	84.79	84.79
	84.80	84.80
	8481.10.00	8481.10.00
	8481.20.10	8481.20.10
	8481.20.11	8481.20.11
	8481.20.19	8481.20.19
	8481.20.90	8481.20.90
	8481.30.00	8481.30.00
	8481.40.00	8481.40.00
	8481.80.21	8481.80.21
	8481.80.29	8481.80.29
	8481.80.39	8481.80.39
	8481.80.92	8481.80.92
	8481.80.93	8481.80.93
	8481.80.94	8481.80.94
	8481.80.95	8481.80.95
	8481.80.96	8481.80.96
	8481.80.97	8481.80.97
	8481.80.99	8481.80.99
	8481.90.90	8481.90.90
	8482.30.00	8482.30.00
	8482.50.90	8482.50.90
	8482.80.00	8482.80.00

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	NCM	NCM
	8482.91.20	8482.91.20
	8482.91.30	8482.91.30
	8482.91.90	8482.91.90
	8482.99.11	8482.99.11
	8482.99.19	8482.99.19
	84.83	84.83
	8483.10.1	8483.10.1
	84.84	84.84
	84.86	84.86
	84.87	84.87
	85.01	85.01
	85.02	85.02
	8503.00.10	8503.00.10
	8503.00.90	8503.00.90
	8504.21.00	8504.21.00
	8504.22.00	8504.22.00
	8504.23.00	8504.23.00
	8504.31.11	8504.31.11
	8504.31.19	8504.31.19
	8504.32.11	8504.32.11
	8504.32.19	8504.32.19
	8504.32.21	8504.32.21
	8504.33.00	8504.33.00

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	NCM	NCM
	8504.34.00	8504.34.00
	8504.40.22	8504.40.22
	8504.40.30	8504.40.30
	8504.40.50	8504.40.50
	8504.40.90	8504.40.90
		8504.90.10
	8505.19.10	8505.19.10
	8505.20.90	8505.20.90
	8505.90.10	8505.90.10
	8505.90.80	8505.90.80
	8505.90.90	8505.90.90
	8507.10.00	8507.10.00
	8507.10.10	8507.10.10
	8507.10.90	8507.10.90
	8507.20.10	8507.20.10
	8507.90.10	8507.90.10
	8507.20.90	8507.20.90
	8507.90.90	8507.90.90
	8508.60.00	8508.60.00
	8508.70.00	8508.70.00
	85.11 (exceto código 8511.50.90)	85.11 (exceto 8511.50.90)
	85.12 (exceto código 8512.10.00)	85.12 (exceto código 8512.10.00)
	85.13	85.13

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	NCM	NCM
	8514.10.10	8514.10.10
	8514.10.90	8514.10.90
	8514.20.11	8514.20.11
	8514.20.19	8514.20.19
	8514.20.20	8514.20.20
	8514.30.11	8514.30.11
	8514.30.19	8514.30.19
	8514.30.21	8514.30.21
	8514.30.29	8514.30.29
	8514.30.90	8514.30.90
	8514.40.00	8514.40.00
	8514.90.00	8514.90.00
	8515.11.00	8515.11.00
	8515.19.00	8515.19.00
	8515.21.00	8515.21.00
	8515.29.00	8515.29.00
	8515.31.10	8515.31.10
	8515.31.90	8515.31.90
	8515.39.00	8515.39.00
	8515.80.10	8515.80.10
	8515.80.90	8515.80.90
	8515.90.00	8515.90.00
	8516.10.00	8516.10.00

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	NCM	NCM
	8516.71.00	8516.71.00
	8516.79.20	8516.79.20
	8516.79.90	8516.79.90
	8516.80.10	8516.80.10
	8516.90.00	8516.90.00
	8517.18.91	8517.18.91
	8517.18.99	8517.18.99
	8517.61.30	8517.61.30
	8517.62.12	8517.62.12
	8517.62.21	8517.62.21
	8517.62.22	8517.62.22
	8517.62.23	8517.62.23
	8517.62.24	8517.62.24
	8517.62.29	8517.62.29
	8517.62.32	8517.62.32
	8517.62.39	8517.62.39
	8517.62.41	8517.62.41
	8517.62.48	8517.62.48
	8517.62.51	8517.62.51
	8517.62.54	8517.62.54
	8517.62.55	8517.62.55
	8517.62.59	8517.62.59
	8517.62.62	8517.62.62

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	NCM	NCM
	8517.62.72	8517.62.72
	8517.62.77	8517.62.77
	8517.62.78	8517.62.78
	8517.62.79	8517.62.79
	8517.62.94	8517.62.94
	8517.62.99	8517.62.99
	8517.69.00	8517.69.00
	8517.70.10	8517.70.10
	8518.21.00	8518.21.00
	8518.22.00	8518.22.00
	8518.29.90	8518.29.90
		8518.90.90
		8522.90.20
	8526.92.00	8526.92.00
	8527.21.10	8527.21.10
	8527.21.90	8527.21.90
	8527.29.00	8527.29.00
	8527.29.90	8527.29.90
	8528.71.11	8528.71.11
	8529.90.20	
	8531.10.90	8531.10.90
	8532.10.00	8532.10.00
	8532.29.90	8532.29.90

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

117

	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	NCM	NCM
	8535.21.00	8535.21.00
	8535.30.17	8535.30.17
	8535.30.18	8535.30.18
	8535.30.27	8535.30.27
	8535.30.28	8535.30.28
	8536.10.00	8536.10.00
	8536.20.00	8536.20.00
	8536.30.00	8536.30.00
	8536.41.00	8536.41.00
	8536.49.00	8536.49.00
	8536.50.90	8536.50.90
	8536.61.00	8536.61.00
	8536.69.10	8536.69.10
	8536.69.90	8536.69.90
	8536.90.10	8536.90.10
	8536.90.40	8536.90.40
	8536.90.90	8536.90.90
	8537.10.20	8537.10.20
	8537.10.90	8537.10.90
	8537.20.90	8537.20.90
	8538.10.00	8538.10.00
	8538.90.90	8538.90.90
	8539.29.10	8539.29.10

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

118

	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	NCM	NCM
	8539.29.90	8539.29.90
	8540.89.90	8540.89.90
	85.41	85.41
	8543.10.00	8543.10.00
	8543.20.00	8543.20.00
	8543.30.00	8543.30.00
	8543.70.13	8543.70.13
	8543.70.39	8543.70.39
	8543.70.40	8543.70.40
	8543.70.99	8543.70.99
	8543.90.90	8543.90.90
	8544.30.00	8544.30.00
	8544.42.00	8544.42.00
	8544.49.00	
	85.46 (exceto código 8546.10.00)	85.46 (exceto código 8546.10.00)
	85.47 (exceto código 8547.2010)	85.47 (exceto código 8547.2010)
	8548.90.90	8548.90.90
	8601.10.00	8601.10.00
	8607.19.19	8607.19.19
	8701.10.00	8701.10.00
	8701.20.00	
	8701.30.00	8701.30.00
	8701.90.10	8701.90.10

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

119

	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	NCM	NCM
	8701.90.90	8701.90.90
	87.02 (exceto código 8702.90.10)	87.02 (exceto código 8702.90.10)
	8703.22.90	
	8703.23.90	
	8704.10.10	8704.10.10
	8704.10.90	8704.10.90
	8705.10.10	8705.10.10
	8705.10.90	8705.10.90
	8705.20.00	8705.20.00
	8705.30.00	8705.30.00
	8705.40.00	8705.40.00
	8705.90.10	8705.90.10
	8705.90.90	8705.90.90
	8706.00.20	8706.00.20
	87.07	87.07
	8707.10.00	8707.10.00
	8707.90.10	8707.90.10
	8707.90.90	8707.90.90
	8708.10.00	8708.10.00
	8708.21.00	8708.21.00
	8708.29.11	8708.29.11
	8708.29.12	8708.29.12
	8708.29.13	8708.29.13

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	NCM	NCM
	8708.29.14	8708.29.14
	8708.29.19	8708.29.19
	8708.29.91	8708.29.91
	8708.29.92	8708.29.92
	8708.29.93	8708.29.93
	8708.29.94	8708.29.94
	8708.29.95	8708.29.95
	8708.29.96	8708.29.96
	8708.29.99	8708.29.99
	8708.30.11	8708.30.11
	8708.30.19	8708.30.19
	8708.30.90	8708.30.90
	8708.31.10	8708.31.10
	8708.31.90	8708.31.90
	8708.39.00	8708.39.00
	8708.40.11	8708.40.11
	8708.40.19	8708.40.19
	8708.40.80	8708.40.80
	8708.40.90	8708.40.90
	8708.50.11	8708.50.11
	8708.50.12	8708.50.12
	8708.50.19	8708.50.19
	8708.50.80	8708.50.80

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	NCM	NCM
	8708.50.90	8708.50.90
	8708.50.91	8708.50.91
	8708.50.99	8708.50.99
	8708.60.10	8708.60.10
	8708.60.90	8708.60.90
	8708.70.10	8708.70.10
	8708.70.90	8708.70.90
	8708.80.00	8708.80.00
	8708.91.00	8708.91.00
	8708.92.00	8708.92.00
	8708.93.00	8708.93.00
	8708.94.11	8708.94.11
	8708.94.12	8708.94.12
	8708.94.13	8708.94.13
	8708.94.81	8708.94.81
	8708.94.82	8708.94.82
	8708.94.83	8708.94.83
	8708.94.90	8708.94.90
	8708.94.91	8708.94.91
	8708.9492	8708.9492
	8708.94.93	8708.94.93
	8708.95.10	8708.95.10
	8708.95.21	8708.95.21

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	NCM	NCM
	8708.95.22	8708.95.22
	8708.95.29	8708.95.29
	8708.99.10	8708.99.10
	8708.99.90	8708.99.90
	8709.11.00	8709.11.00
	8709.19.00	8709.19.00
	8709.90.00	8709.90.00
	8710.00.00	8710.00.00
	8714.10.00	8714.10.00
	8714.19.00	8714.19.00
	8714.94.90	8714.94.90
	8714.99.90	8714.99.90
	8716.20.00	8716.20.00
	8716.31.00	8716.31.00
	8716.39.00	8716.39.00
	88.02	88.02
	88.03	88.03
	8804.00.00	8804.00.00
	Capítulo 89	Capítulo 89
	9005.80.00	9005.80.00
	9005.90.90	9005.90.90
	9006.10.10	9006.10.10
	9006.10.90	9006.10.90

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	NCM	NCM
	9007.20.90	9007.20.90
	9007.20.91	9007.20.91
	9007.20.99	9007.20.99
	9007.92.00	9007.92.00
	9008.50.00	9008.50.00
	9008.90.00	9008.90.00
	9010.10.10	9010.10.10
	9010.10.20	9010.10.20
	9010.10.90	9010.10.90
	9010.90.10	9010.90.10
	9011.10.00	9011.10.00
	9011.80.10	9011.80.10
	9011.80.90	9011.80.90
	9011.90.90	9011.90.90
	9013.10.90	9013.10.90
	9015.10.00	9015.10.00
	9015.20.10	9015.20.10
	9015.20.90	9015.20.90
	9015.30.00	9015.30.00
	9015.40.00	9015.40.00
	9015.80.10	9015.80.10
	9015.80.90	9015.80.90
	9015.90.10	9015.90.10

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	NCM	NCM
	9015.90.90	9015.90.90
	9016.00.10	9016.00.10
	9016.00.90	9016.00.90
	9017.10.10	9017.10.10
	9017.10.90	9017.10.90
	9017.30.10	9017.30.10
	9017.30.20	9017.30.20
	9017.30.90	9017.30.90
	9017.90.10	9017.90.10
	9017.90.90	9017.90.90
	9018.90.91	9018.90.91
	9019.10.00	9019.10.00
	9022.19.10	9022.19.10
	9022.19.91	9022.19.91
	9022.19.99	9022.19.99
	9022.29.10	9022.29.10
	9022.29.90	9022.29.90
	9024.10.10	9024.10.10
	9024.10.20	9024.10.20
	9024.10.90	9024.10.90
	9024.80.11	9024.80.11
	9024.80.19	9024.80.19
	9024.80.21	9024.80.21

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	NCM	NCM
	9024.80.29	9024.80.29
	9024.80.90	9024.80.90
	9024.90.00	9024.90.00
	9025.11.90	9025.11.90
	9025.19.10	9025.19.10
	9025.19.90	9025.19.90
	9025.80.00	9025.80.00
	9025.90.10	9025.90.10
	9025.90.90	9025.90.90
	9026.10.19	9026.10.19
	9026.10.21	9026.10.21
	9026.10.29	9026.10.29
	9026.20.10	9026.20.10
	9026.20.90	9026.20.90
	9026.80.00	9026.80.00
	9026.90.10	9026.90.10
	9026.90.20	9026.90.20
	9026.90.90	9026.90.90
	9027.10.00	9027.10.00
	9027.20.11	9027.20.11
	9027.20.12	9027.20.12
	9027.20.19	9027.20.19
	9027.20.21	9027.20.21

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

126

	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	NCM	NCM
	9027.20.29	9027.20.29
	9027.30.11	9027.30.11
	9027.30.19	9027.30.19
	9027.30.20	9027.30.20
	9027.50.10	9027.50.10
	9027.50.20	9027.50.20
	9027.50.30	9027.50.30
	9027.50.40	9027.50.40
	9027.50.50	9027.50.50
	9027.50.90	9027.50.90
	9027.80.11	9027.80.11
	9027.80.12	9027.80.12
	9027.80.13	9027.80.13
	9027.80.14	9027.80.14
	9027.80.20	9027.80.20
	9027.80.30	9027.80.30
	9027.80.91	9027.80.91
	9027.80.99	9027.90.99
	9027.90.10	9027.90.10
	9027.90.91	9027.90.91
	9027.90.93	9027.90.93
	9027.90.99	9027.90.99
	9028.30.11	9028.30.11

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

127

	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	NCM	NCM
	9028.30.19	9028.30.19
	9028.30.21	9028.30.21
	9028.30.29	9028.30.29
	9028.30.31	9028.30.31
	9028.30.39	9028.30.39
	9028.30.90	9028.30.90
	9028.90.10	9028.90.10
	9028.90.90	9028.90.90
	9028.10.11	9028.10.11
	9028.10.19	9028.10.19
	9028.10.90	9028.10.90
	9028.20.10	9028.20.10
	9028.20.20	9028.20.20
	9028.90.90	9028.90.90
	9029.10.10	9029.10.10
	9029.20.10	9029.20.10
	9029.90.10	9029.90.10
	9030.33.21	9030.33.21
	9030.39.21	9030.39.21
	9030.39.90	9030.39.90
	9030.40.30	9030.40.30
	9030.40.90	9030.40.90
	9030.84.90	9030.84.90

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	NCM	NCM
	9030.89.90	9030.89.90
	9030.90.90	9030.90.90
	9031.10.00	9031.10.00
	9031.2010	9031.2010
	9031.20.90	9031.20.90
	9031.41.00	9031.41.00
	9031.49.10	9031.49.10
	9031.49.20	9031.49.20
	9031.49.90	9031.49.90
	9031.80.11	9031.80.11
	9031.80.12	9031.80.12
	9031.80.20	9031.80.20
	9031.80.30	9031.80.30
	9031.80.40	9031.80.40
	9031.80.50	9031.80.50
	9031.80.60	9031.80.60
	9031.80.91	9031.80.91
	9031.80.99	9031.80.99
	9031.90.10	9031.90.10
	9031.90.90	9031.90.90
	9032.10.10	9032.10.10
	9032.10.90	9032.10.90
	9032.20.00	9032.20.00

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

129

	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	NCM	NCM
	9032.81.00	9032.81.00
	9032.89.11	9032.89.11
	9032.89.2	9032.89.2
	9032.89.8	9032.89.8
	9032.90.10	9032.90.10
	9032.90.99	9032.90.99
	9033.00.00	9033.00.00
	9104.00.00	9104.00.00
	9107.00.10	9107.00.10
	9109.10.00	9109.10.00
	9401.20.00	9401.20.00
	9401.30	9401.30
	9401.40	9401.40
	9401.5	9401.5
	9401.6	9401.6
	9401.7	9401.7
	9401.80.00	9401.80.00
	9401.90	9401.90
	94.02	94.02
	94.03	94.03
	9404.2	9404.2
	9404.90.00	9404.90.00
	9405.10.93	9405.10.93

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012)

130

	Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	NCM	NCM
	9405.10.99	9405.10.99
	9405.20.00	9405.20.00
	9405.91.00	9405.91.00
	9406.00.10	9406.00.10
	9406.00.92	9406.00.92
	95.06.62.00	95.06.62.00
	9506.91.00	9506.91.00
	96.06	96.06
	96.07	96.07
	9613.80.00	9613.80.00